



Demonstrações Contábeis Consolidadas em **IFRS**

Banco Cooperativo Sicoob S.A – Banco Sicoob

31 de dezembro de 2024 e 2023

Banco Cooperativo Sicoob S.A. - IFRS

***Demonstrações contábeis
consolidadas em***

31 de dezembro de 2024

e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo Sicoob S.A. ("Instituição" ou "Banco Sicoob") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

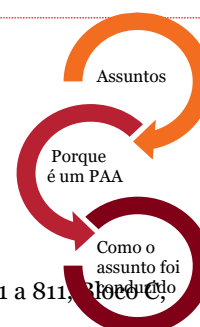
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cooperativo Sicoob S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre



Banco Cooperativo Sicoob S.A.

esses assuntos.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas para os empréstimos e adiantamentos a clientes (Notas 3(i), 4(f), 13 e 28(a1))

A estimativa da provisão para perdas de crédito esperadas para os empréstimos e adiantamentos a clientes, considerando os requerimentos do IFRS 9, envolve um modelo interno com elevado nível de julgamento por parte da administração, além de considerar estimativas estatísticas e informações históricas das carteiras de empréstimos e adiantamentos a clientes elegíveis.

A mensuração da perda de crédito esperada, seja ela individual ou coletiva (avaliando a característica do portfólio) considera, dentre outros elementos, o risco das operações e sua deterioração em 12 meses e ao longo da vida, de forma a classificá-las em estágios. Esse processo envolve a utilização de premissas e variáveis, que consideram fatores internos e externos bem como qualitativos e quantitativos, tais como, qualidade do crédito, tamanho do portfólio, concentração, políticas de renegociação e fatores macroeconômicos.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o IFRS 9 é efetuada com base nos modelos de negócios e nas características de seus fluxos de caixa esperados (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*).

Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das provisões para perdas de crédito esperadas para os empréstimos e adiantamentos a clientes, contemplando, entre outros, os seguintes processos: (i) os modelos e premissas adotados pela administração para determinação do valor recuperável dos créditos; (ii) a concessão de crédito e operações renegociadas; (iii)

O processamento e contabilização das provisões; (iv) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (v) elaboração e apresentação das notas explicativas de acordo com o nível de divulgação requerido pelo normativo.

Efetuamos testes quanto ao processo de aprovação e validação dos modelos aplicados na determinação da provisão para perdas de crédito esperadas para os empréstimos e adiantamentos a clientes. Em base amostral, com o auxílio dos nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos, para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos.

Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pela IFRS 9.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Provisões para passivos contingentes (Notas 4(o) e 23)

O Banco Sicoob e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista, cível, inerentes às suas

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização de nosso entendimento e testes relacionados ao

Porque é um PAA

atividades.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração que é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

processo de identificação e constituição de passivos contingentes e as respectivas divulgações em notas explicativas.

Adicionalmente, efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico de perda, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Sicoob e suas controladas possuem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associado aos processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto a efetividade operacional dos controles internos relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles sobre processos-chaves relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio da Instituição.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações contábeis consolidadas.



Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

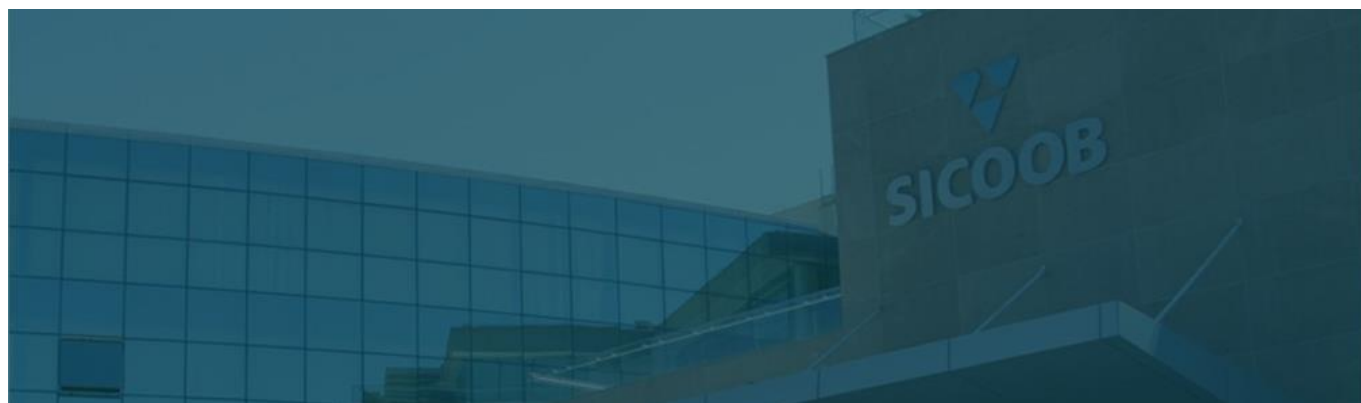
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 31 de março de 2025

A stylized, handwritten-style signature of "PricewaterhouseCoopers" in a dark grey or black ink.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5



Índice

Relatório da Administração	4
Balanco patrimonial consolidado em IFRS	9
Demonstração Consolidada do Resultado e do Resultado Abrangente em IFRS	11
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido em IFRS	12
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa em IFRS	13
Nota 1 – Contexto operacional	14
Nota 2 – Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS	14
Nota 3 – Estimativas contábeis críticas e julgamentos	17
Nota 4 – Resumo das principais práticas contábeis	18
Nota 5 – Receitas líquidas com juros	33
Nota 6 – Receitas líquidas de tarifas e comissões	33
Nota 7 – Outras receitas e outras despesas operacionais	34
Nota 8 – Despesas com pessoal	34
Nota 9 – Outras despesas administrativas	34
Nota 10 – Composição do caixa e equivalentes de caixa	35
Nota 11 – Depósitos compulsórios no Banco Central	35
Nota 12 – Ativos financeiros ao custo amortizado	35
Nota 13 – Provisões para perdas esperadas de crédito em ativos financeiros	40
Nota 14 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	41
Nota 15 – Outros ativos	41
Nota 16 – Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	42
Nota 17 – Investimentos	43
Nota 18 – Imobilizado	44
Nota 19 – Intangível	44
Nota 20 – Passivos financeiros ao custo amortizado	45
Nota 21 – Outros passivos	46
Nota 22 – Garantias financeiras prestadas	46
Nota 23 – Passivos, contingências e obrigações legais	47
Nota 24 – Patrimônio líquido	48
Nota 25 – Transações com partes relacionadas	49
Nota 26 – Limites operacionais – acordo de Basileia	50
Nota 27 – Outras informações	50
Nota 28 – Gerenciamento de riscos financeiros	51
Nota 29 – Riscos de descontinuidade dos negócios, lavagem de dinheiro, cibernético e gerenciamento de capital	59
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	62
Composição dos órgãos de administração do Banco Sicoob	65

Aos administradores e controladores do Banco Sicoob,

Apresentamos as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS de 31 de dezembro de 2024, do Banco Cooperativo Sicoob S/A – Banco Sicoob, com os principais números obtidos no exercício.

Cenário Macroeconômico

O ano de 2024 apresentou sinais contraditórios para a economia brasileira. Apesar de um bom desempenho em diversos indicadores, com crescimento do PIB, mercado de trabalho aquecido, ganhos de renda e expansão do crédito, o recrudescimento da inflação e temores fiscais prejudicaram a percepção interna, culminando na desvalorização do real. No exterior, os EUA dominaram as questões econômicas, com o Federal Reserve reduzindo moderadamente as taxas de juros, enquanto o resultado da eleição presidencial resultou em um fortalecimento do dólar e aumento dos juros devido à sinalização de políticas fiscais agressivas. A China, por sua vez, implementou estímulos para conter sua desaceleração econômica.

Do ponto de vista doméstico, a atividade econômica manteve um desempenho positivo, com o PIB crescendo 3,3% nos três primeiros trimestres de 2024. O setor de serviços foi o principal motor desse crescimento, avançando 3,8%. A indústria teve alta de 3,5%, com destaque para eletricidade, gás, e construção civil. O setor agropecuário enfrentou dificuldades, com uma queda de 3,5% no PIB, refletindo os efeitos de uma seca severa e das altas temperaturas, que impactaram a produção de milho, soja e trigo.

A produção pecuária teve crescimento, impulsionada pela forte demanda internacional, especialmente para carne bovina e de frango. O consumo das famílias aumentou 5,1%, devido ao crescimento da massa de rendimentos e ao avanço do crédito. Os investimentos também se destacaram, com alta de 6,6%, superando o desempenho do consumo. No entanto, as exportações desaceleraram, e as importações cresceram 14,2%, refletindo a maior demanda interna.

O mercado de trabalho continuou gerando empregos, com 1,69 milhão de novas vagas formais, o que representa um aumento em relação a 2023. A taxa de desocupação caiu para 6,2%, e o rendimento médio real subiu 4,5%. A massa de rendimentos aumentou 7,7%, favorecendo o consumo. O crédito bancário teve crescimento significativo de 10,5%, com destaque para a alta de 12,6% no crédito para pessoas jurídicas. No entanto, houve desaceleração no final do ano devido a condições financeiras mais desafiadoras.

As empresas também recorreram ao mercado de capitais, com emissões de R\$ 770,2 bilhões, um aumento real de 61,4% em relação a 2023. As debêntures se destacaram, representando 61,5% das

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2024

emissões totais. As condições financeiras no setor bancário se mantiveram controladas, com a taxa de juros bancários para pessoas físicas ficando abaixo dos níveis de 2023. No entanto, a inadimplência aumentou em algumas modalidades, como o cartão de crédito rotativo.

A inflação oficial, medida pelo IPCA, subiu 4,8%, acelerando no final do ano devido ao aumento de preços no grupo Alimentação e Bebidas, com destaque para carnes, óleos e leite. O IGP-M, por sua vez, teve alta de 6,4%, refletindo a desvalorização cambial e o aumento dos preços no atacado. A aceleração da inflação levou o Banco Central a interromper o ciclo de cortes na Selic, elevando a taxa para 12,25% até o final do ano, com continuidade no início de 2025.

No cenário fiscal, houve uma melhora nas contas públicas, com o déficit do Governo Central caindo de R\$ 230,5 bilhões em 2023 para R\$ 43 bilhões em 2024. As receitas líquidas cresceram 8,9% em termos reais, impulsionadas pela atividade econômica, enquanto as despesas totais caíram 0,7%. A relação dívida/PIB aumentou para 76,1%. O comércio exterior registrou superávit de US\$ 74,6 bilhões, mas as importações aumentaram, resultando em um déficit em transações correntes de US\$ 56 bilhões. As reservas internacionais terminaram o ano em US\$ 329,7 bilhões.

No exterior, as principais economias, como os EUA, mantiveram bom desempenho, com crescimento de 2,8% e inflação de 2,9%. O Federal Reserve iniciou o ano com cortes de juros, mas suspendeu o ciclo em 2025. Na China, o PIB cresceu 5%, e a Zona do Euro teve baixo crescimento de 0,7%. Os mercados internacionais se beneficiaram da redução das taxas de juros, com o índice S&P 500 subindo 23,3% e o Nasdaq 24,8%, impulsionados pela tecnologia e inteligência artificial. No Brasil, os ativos financeiros enfrentaram um ano difícil, com a desvalorização do real e a piora da percepção fiscal. O Ibovespa caiu 10%, e a taxa de juros de 10 anos subiu para 15,1%. Em resumo, 2024 foi um ano de contradições econômicas, com bons números em alguns indicadores, mas com crescentes preocupações fiscais e macroeconômicas, desafiando a confiança no curto prazo. O cenário internacional também teve impactos significativos, especialmente nos EUA e China.

Banco Sicoob

Fundado em novembro de 1996, o Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob é um banco múltiplo privado, cujo controle acionário pertence às entidades filiadas ao Sicoob. Nessas quase três décadas, a instituição financeira vem construindo uma história baseada na gestão estratégica dos negócios e no trabalho integrado, a fim de estimular o desenvolvimento do cooperativismo financeiro no país.

O Banco Sicoob integra a estrutura de Governança Corporativa unificada com o Sicoob Confederação, formando assim o Centro Cooperativo Sicoob – CCS. Desta forma, o Banco reúne no âmbito do seu conglomerado as empresas Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Sicoob DTVM, Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. – Sicoob Consórcios, Sicoob

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2024

Soluções de Pagamento Ltda. – Sicoob Pagamentos e Sicoob Participações em Seguridade S.A. – Sicoob Par Seguridade, além de patrocinar a fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

Unido a essas empresas, o Banco Sicoob desenvolve ações estratégicas com foco na melhoria contínua de processos e disponibiliza produtos e serviços financeiros especializados em atender às demandas das cooperativas singulares.

Tais ações integram o Planejamento Estratégico do CCS, representado pelo Pacto Sistêmico, que é um conjunto de diretrizes composto por desafios que são delineados pelo aumento da concorrência, inovação, geração de conhecimento dos colaboradores e na infraestrutura de produtos e serviços do Banco Sicoob. Nesta perspectiva, o papel do Banco Sicoob é agregar diferenciais competitivos às cooperativas.

O Banco Sicoob passou a compor o Segmento 2 (S2) na classificação do Banco Central para as instituições do Sistema Financeiro Nacional, que vai do S1 ao S5 (das maiores para as menores). Esta mudança ocorreu devido aos ativos totais do Banco Sicoob superarem o montante correspondente a 1% do PIB por três semestres consecutivos. A evolução de S3 para S2 reforça a performance do Sicoob e do cooperativismo de crédito no âmbito do sistema financeiro brasileiro. Os impactos positivos no Banco Sicoob dessas ações podem ser confirmados nos grandes números que a instituição vem alcançando: R\$ 592,93 milhões em resultado consolidado e R\$ 106,21 bilhões em depósitos totais consolidados.

Performance

a. Ativos financeiros

Com montante consolidado de R\$ 145 bilhões em dezembro de 2024, o que corresponde a aumento de aproximadamente 16,81% quando comparado ao período anterior, destacam-se:

a.1. Títulos e valores mobiliários

No valor de R\$ 40,51 bilhões em 2024, tem expressiva participação de títulos públicos federais composto por LFTs, o que equivale a aproximadamente 97,19% do total destes instrumentos financeiros. O crescimento no período foi de 18,19%.

a.2. Aplicações em depósitos interfinanceiros

Com total de R\$ 4,25 bilhões em 2024, refere-se às aplicações em Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI).

a.3. Empréstimos e recebíveis

Totalizaram R\$ 64,78 bilhões, líquidos de provisão, o que corresponde a um crescimento de 11,75% em relação a dezembro 2023. Na composição total destacam-se as linhas contratadas de financiamentos, que apresentou expansão de 77,96%, e de financiamentos rurais e

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2024

agroindustriais, que expandiu 39,35%. Os repasses interfinanceiros com as cooperativas de crédito foram de R\$ 32,77 bilhões para R\$ 32,75 bilhões, com uma diminuição de -0,05%.

A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e Tradicional) atingiu o valor de R\$ 3,4 bilhão, aumento de 11% em relação a dezembro de 2023.

a. Operações de cartões

O Banco Sicoob, emissor de cartões do Sicoob e de outros sistemas cooperativos, encerrou o ano de 2024 com 12,70 milhões de plásticos. A expansão da base de cartões junto aos outros sistemas contribuiu com aproximadamente 18,68% do faturamento total.

O volume de compras no ano foi de R\$ 118,03 bilhões, significando um crescimento de 12,15% em relação ao ano anterior. Considerando apenas as transações realizadas na função crédito, o volume foi de R\$ 71,87 bilhões.

b. Operações de adquirência

A adquirência, na combinação das bases Sicoob e sistemas parceiros, registrou no ano de 2024 uma redução de 22,21% sobre a base de credenciamentos ativos da maquininha Sipag, na comparação com o mesmo período do ano de 2023.

Mesmo com a redução de estabelecimentos ativos na base, houve aumento no faturamento acumulado, alcançando R\$ 62,08 bilhões, o que representa um aumento de 36,18% em relação ao mesmo período do ano de 2023.

c. Depósitos e demais captações

Os depósitos consolidados alcançaram em 2024, o valor de R\$ 106,32 bilhões, um aumento de 12,07% em relação ao ano de 2023.

A Poupança Cooperada fechou o ano somando R\$ 15,41 bilhões, um crescimento de 21% em relação ao ano de 2023.

d. Processamento de serviços

O Banco Sicoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou durante o ano de 2024 um total de 594.451.592 documentos, sendo 2,81% superior ao mesmo período do ano anterior.

e. Novos convênios

No ano de 2024, novos convênios corporativos de arrecadação de faturas/guias com código de barras e débito automático foram firmados, totalizando 970 parcerias. DETRAN DF, GDF – GNRE, Prefeitura de Niterói/RJ, Prefeitura de Maringá/PR, Prefeitura de Viana/ES, Prefeitura de Joinville/SC, Prefeitura de Tapurah/MT, Prefeitura de Augusto Pestana/RS, Prefeitura de Quirinópolis/GO, SAAE Itabira/MG, Águas de Jarú/RO e SAAE Indaiatuba/SP.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2024

O portfólio de convênios está à disposição das cooperativas do Sicoob e dos demais sistemas cooperativos, além de instituições bancárias, sendo um dos mais representativos do Sistema Financeiro Nacional.

Patrimônio líquido e resultado do exercício

O patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2024 alcançou o montante de R\$ 4,96 bilhões, o que representa um crescimento de 20,37% em relação ao ano anterior.

O resultado consolidado alcançou no exercício de 2024, o montante de R\$ 649,30 com crescimento de 17,98% em relação ao período anterior. O retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio foi de 15,38%.

Agradecimentos

Agradecemos aos representantes dos acionistas, pela confiança na Administração; ao Sicoob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pela cooperação no cumprimento dos objetivos sistêmicos; às entidades externas parceiras, por acreditarem nas soluções oferecidas pelo Conglomerado Banco Sicoob e pela Fundação Sicoob Previ, e aos profissionais do Banco, das empresas controladas e da fundação patrocinada, pela incondicional dedicação.

A Administração

Balanço Patrimonial Consolidado do Banco Sicoob em IFRS

Em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	10	31.094.591	23.412.214
Depósitos compulsórios no Banco Central	11	4.323.452	2.624.905
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)	14	1.137.853	1.705.145
Cotas de fundos de investimento		57.325	102.098
CPR/CPRF		1.079.197	1.602.886
Outros ativos		1.331	161
Ativos financeiros ao custo amortizado		108.407.962	96.358.289
Empréstimos e recebíveis de clientes	12(a)	65.353.729	58.531.913
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em empréstimos e recebíveis		(571.330)	(558.955)
Títulos e valores mobiliários	12(d)	39.374.404	32.570.980
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12(d)	4.251.159	5.817.936
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em títulos públicos e privados		-	(3.585)
Outros ativos	15	7.438.192	5.591.937
Créditos tributários	16(a)	499.410	357.810
Investimentos	17	175.537	149.262
Imobilizado	18	523.866	432.603
Intangível	19	129.148	79.790
TOTAL DO ATIVO		153.730.011	130.711.955

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Balanço Patrimonial Consolidado do Banco Sicoob em IFRS

Em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivos financeiros ao custo amortizado		129.816.370	110.882.882
Depósitos de clientes	20(a)	106.325.205	94.876.635
Obrigações por operações compromissadas	20(b)	10.955.564	8.162.678
Letras de crédito do agronegócio	20(c)	1.183.326	1.027.575
Obrigações por empréstimos e repasses	20(d)	10.651.304	6.815.824
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	20(e)	603.783	-
Carteira de Câmbio	20 (f)	97.188	170
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		55	639
Instrumentos financeiros derivativos passivos		55	639
Passivos fiscais		550.656	358.399
Impostos correntes		522.061	330.035
Impostos diferidos		28.595	28.364
Outros passivos ao custo amortizado		18.395.613	15.343.195
Outras obrigações	21	18.367.043	15.322.354
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	23(a)	28.570	20.841
Patrimônio líquido	24	4.967.317	4.126.840
Capital social		4.143.571	3.410.000
Reservas de capital		1.732	1.732
Reservas de lucros		810.473	729.229
Ações em tesouraria		(289)	-
Ajustes de avaliação patrimonial		8.656	(16.201)
Participação de não controladores		3.174	2.080
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		153.730.011	130.711.955

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada do Resultado e do Resultado Abrangente em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receitas com juros e similares	5	12.749.332	11.830.612
Despesas com juros e similares	5	(11.341.630)	(11.028.348)
Receita líquida com juros		1.407.702	802.264
Receitas de tarifas e comissões	6	1.660.061	1.698.436
Despesas com tarifas e comissões	6	(561.345)	(403.004)
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR	14	176.870	198.315
Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros		(179.583)	(98.093)
Resultado de equivalência patrimonial		133.923	119.896
Variações cambiais (líquidas)		3.232	1.826
Outras receitas e despesas operacionais	7	294.034	183.411
Receita líquida operacional		2.934.894	2.503.051
Outras despesas operacionais		(1.930.649)	(1.630.008)
Despesas com pessoal	8	(397.558)	(376.362)
Despesas tributárias		(295.483)	(256.734)
Despesas gerais e administrativas	9	(1.119.066)	(922.586)
Depreciações e amortizações		(118.542)	(74.326)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		1.004.245	873.043
Impostos correntes		(517.166)	(322.968)
Impostos diferidos		162.223	291
Lucro líquido do exercício		649.302	550.366
Lucro atribuível à controladora		648.208	549.883
Atribuível às participações de não controladores		1.094	483
Resultado abrangente do exercício		649.302	550.366
Atribuível à controladora		648.208	549.883
Atribuível às participações de não controladores		1.094	483

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota	Capital social	(-) Capital a integralizar	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total atribuível à controladora	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		3.410.000	-	(16.201)	1.732	729.229	-	-	4.124.760	2.080	4.126.840
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	648.208	-	648.208	1.094	649.302
Aumento de capital	24(a)	733.571	(533.571)	-	-	-	-	-	200.000	-	200.000
Capital a realizar		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital		-	533.571	-	-	-	-	-	533.571	-	533.571
Dividendos propostos de exercícios anteriores		-	-	-	-	(533.571)	-	(289)	(533.860)	-	(533.860)
Outras mutações		-	-	(436)	-	-	436	-	-	-	-
Hedge account		-	-	25.293	-	22.972	(56.801)	-	(8.536)	-	(8.536)
Destinações propostas:											
Reserva legal	24(b)	-	-	-	-	29.592	(29.592)	-	-	-	-
Reserva de lucros	24(c)	-	-	-	-	534.138	(534.138)	-	-	-	-
Dividendos propostos	24(d)	-	-	-	-	28.113	(28.113)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		4.143.571	-	8.656	1.732	810.473	-	(289)	4.964.143	3.174	4.967.317
Mutações no período		733.571	-	24.857	-	81.244	-	(289)	839.383	1.094	840.477
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.570.093	-	(15.766)	858	594.759	-	-	3.181.244	1.598	3.182.842
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	549.883	-	549.883	483	550.366
Aumento de capital	24(a)	839.906	(839.906)	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital a realizar		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital		-	839.906	-	-	-	-	-	839.906	-	839.906
Dividendos propostos de exercícios anteriores		-	-	-	-	(429.907)	-	-	(429.907)	-	(429.907)
Aquisição de ações de própria emissão		-	-	-	874	-	-	-	874	-	874
Outras mutações		-	-	(436)	-	(18.297)	1.491	-	(17.242)	-	(17.242)
Destinações propostas:											
Reserva legal	24(b)	-	-	-	-	27.191	(27.191)	-	-	-	-
Reserva de lucros	24(c)	-	-	-	-	498.351	(498.351)	-	-	-	-
Dividendos propostos	24(d)	-	-	-	-	25.832	(25.832)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		3.410.000	-	(16.201)	1.732	729.229	-	-	4.124.760	2.080	4.126.840
Mutações no período		839.907	-	(436)	874	103.170	-	-	943.515	483	943.998

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido ajustado		1.203.601	957.622
Lucro líquido antes dos tributos		1.004.245	873.043
Perdas de crédito esperadas em ativos financeiros		179.583	98.093
Juros e variações monetárias e cambiais		(3.232)	(1.826)
Participação nos lucros	8 e 27. b	29.134	27.211
Depreciações e amortizações		118.542	74.326
Resultado de participações em controladas		(133.923)	(119.896)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		9.252	6.244
Outros ajustes		-	427
(Aumentos) líquidos nos ativos operacionais		(16.002.881)	(19.598.281)
Ativos financeiros ao valor justo no resultado		567.131	(730.042)
Decréscimo em títulos e valores mobiliários		-	35.314
Decréscimo (Aumento) Decréscimo em cotas de fundos de investimento		44.773	(80.348)
Decréscimo (Aumento) de outros ativos financeiros		522.358	(685.008)
Ativos financeiros ao custo amortizado		(12.629.795)	(18.325.703)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(6.803.425)	(3.513.195)
Decréscimo (Aumento) em aplicações em depósitos interfinanceiros		1.566.776	(4.509.402)
(Aumento) de empréstimos e recebíveis de clientes		(7.393.146)	(10.303.106)
Demais ativos		(3.940.217)	(542.536)
(Aumento) nos depósitos compulsórios no Bacen		(1.698.546)	(257.646)
(Aumento) Decréscimo de outros ativos		(2.079.786)	(149.957)
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(161.885)	(134.933)
Aumentos líquidos nos passivos operacionais		22.432.468	27.878.312
Passivos financeiros ao custo amortizado		18.932.849	24.861.850
Aumento de depósitos		11.448.570	18.951.539
Aumento das obrigações por operações compromissadas		2.792.885	3.446.977
Aumento das letras de crédito do agronegócio		155.752	797.235
Aumento das obrigações por empréstimos e repasses		3.835.480	1.665.812
(Decréscimo) Aumento em Instrumentos financeiros derivativos		(639)	557
Aumento de Letras Financeiras Subordinadas Complementares		603.783	-
Aumento (Decréscimo) Aumento de outros passivos		97.018	(270)
Demais passivos		3.499.619	3.016.462
Aumento em outros passivos		3.491.890	3.013.763
Aumento em provisões fiscais, trabalhistas e cíveis		7.729	2.699
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		7.633.188	9.237.653
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento de dividendos de coligadas		108.072	119.112
Alienação de investimentos		-	208
Alienação de Imobilizado de uso		1.214	311
Alienação de Intangível		487	217
Aquisição de imobilizado		(186.760)	(289.029)
Aquisição de intangível		(73.831)	(49.964)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		(150.818)	(219.145)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aquisição de ações própria emissão		(289)	874
Aumento de capital social		733.571	839.906
Pagamento de dividendos		(533.275)	(429.589)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		200.007	411.191
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		7.682.377	9.429.699
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		7.682.377	9.429.699
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	23.412.214	13.982.515
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10	31.094.591	23.412.214

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Nota 1 – Contexto operacional

O Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob (“Banco Sicoob”, “Instituição” ou “Banco”), companhia de capital fechado, localizado no endereço SIG quadra 06, lote 2080, Brasília – DF, foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), revogada pela Resolução 2.788, de 30 de novembro de 2000. Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (“Banco Central” ou “BC”) em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

Em 29 de março de 2016, o Banco Central autorizou o Banco a atuar também na carteira de crédito imobiliário, cujo início ocorreu em 1º de abril de 2016 e, assim, o Banco Sicoob passou a ser um banco cooperativo múltiplo.

O Banco Sicoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (“Sicoob”).

O Banco Sicoob passou a compor o Segmento 2 (S2) na classificação do Banco Central para as instituições do Sistema Financeiro Nacional, que vai do S1 ao S5 (das maiores para as menores). Esta mudança ocorreu devido aos ativos totais do Banco Sicoob superarem o montante correspondente a 1% do PIB por três semestres consecutivos.

Nota 2 – Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”, atualmente denominadas pela Fundação IFRS® como “normas contábeis IFRS®”), e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS® *Interpretations Committee*).

b. Adoção de novas normas e interpretações

Apresentamos a seguir, todas as normas para as quais houve alterações promovidas pelo IASB com aplicação para o exercício findo em 31/12/2024:

- **IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB divulgou alterações no pronunciamento de modo que melhorias de divulgações para as informações relativas às dívidas de longo prazo com cláusulas de *covenants*. A divulgação exigida visa fornecer informações aos investidores de modo que possam avaliar os riscos quando uma dívida de longo prazo tem a exigibilidade requerida antecipadamente. A norma exige que a empresa classifique uma dívida como não circulante apenas se for evitada a antecipação dentro de um período de doze meses após a data de relatório. As referidas alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024 e não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco Sicoob.
- **IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa e IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações:** O IASB divulgou alterações às normas citadas com o objetivo de trazer mais transparência às divulgações com financiamentos junto a fornecedores e impactos sobre os passivos registrados, fluxos de caixa e risco de liquidez das empresas. Desta forma, deverão ser divulgados: i) os termos e condições dos contratos (acordos com os fornecedores); ii) o valor

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

dos passivos que fazem parte dos acordos com o detalhamento do que já foi recebido pelas instituições financeiras, iii) indicação de qual rubrica está registrada no balanço patrimonial, iv) intervalo de datas de vencimento das parcelas; e v) detalhes sobre o risco de liquidez. As divulgações adicionais visam ainda, satisfazer à demanda de investidores para melhor divulgação dos acordos ou contrato de financiamento de fornecedores, também conhecido como "risco sacado" ou "*factoring* reverso". As alterações foram efetivas para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2024 e não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco Sicoob.

- **IFRS 16 – Arrendamentos:** a alteração emitida em 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (*sale and leaseback*). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor– arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor–locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco Sicoob.

c. Normas emitidas aplicáveis em períodos futuros

A seguir, apresentamos as normas emitidas que serão aplicáveis em períodos futuros, emitidas pelo IASB:

- **IAS 21 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** As modificações exigirão que as empresas forneçam informações mais úteis, em suas demonstrações financeiras, quando uma moeda não puder ser trocada por outra. As emendas atendem às preocupações das partes interessadas sobre a diversidade na prática de contabilização da falta de permutabilidade entre as moedas. As alterações ajudarão as empresas e os investidores, ao tratar de um assunto não abordado anteriormente nas exigências contábeis para os efeitos de mudanças nas taxas de câmbio. Essas mudanças exigirão que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda e, quando não puder, determinar a taxa de câmbio a ser usada e as divulgações a serem fornecidas. A norma entrará em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025.

A administração avaliou a norma e não há impactos relevantes para a instituição.

- **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, que substitui a IAS 1 (CPC 26 (R1)). A nova norma mantém muitos dos requisitos da IAS 1 (CPC 26 (R1)) e os complementa com novos requisitos para:
 - a) Apresentar categorias específicas (operações operacionais, investimentos, financiamentos, impostos sobre o rendimento e operações descontinuadas) e subtotais definidos na demonstração dos resultados.
 - b) Fornecer divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras.
 - c) Melhorar os requisitos de agregação e desagregação.

A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. A entidade é requerida a aplicar a IFRS 18 para os períodos de relatórios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada. No Brasil, a adoção antecipada de normas contábeis não tem sido refletida nos Pronunciamentos do CPC.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Essa norma melhora a transparência e a comparabilidade das demonstrações financeiras, impactando a forma como as empresas, incluindo instituições financeiras como o Sicoob, apresentam seus resultados.

- **IFRS 19 – Subsidiárias Sem Obrigação Pública: Divulgação:** Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 – Subsidiárias Sem Obrigação Pública: Divulgação, que permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras.

A elegibilidade para as divulgações reduzidas acontece se a entidade não tiver obrigação pública e sua controladora final ou intermediária produzir demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público que estejam em conformidade com as Normas Contábeis IFRS.

A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e elas podem aplicar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais.

A nova norma é válida para os períodos de relatório com início em ou após 1 de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. No Brasil, a adoção antecipada de normas contábeis não tem sido refletida nos Pronunciamentos do CPC.

d. Normas emitidas e aplicáveis no âmbito do ESG

Em 2022, foi criado o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o objetivo de estruturar e alinhar as práticas contábeis relacionadas à sustentabilidade no Brasil. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Resolução 193, adotou o padrão de divulgação das normas emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), tornando o Brasil o primeiro país do mundo a formalizar essa adoção. A seguir, apresentamos as normas emitidas no âmbito do ESG:

- **IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima:** Em junho de 2023, o ISSB publicou as normas. Ambas permitem adoção voluntária a partir de 1º de janeiro de 2024 e fazem parte das iniciativas no âmbito do ESG (*Environmental, Social and Governance*), visando estruturar estratégias de implementação e padronizar a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. Essa norma estabelece um conjunto unificado de requisitos para a divulgação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. A IFRS S1 aborda diversos aspectos, como saúde, segurança do trabalho e proteção de dados, e se estrutura em quatro pilares fundamentais:

1. **Governança:** Estruturas de supervisão e responsabilidade sobre a sustentabilidade;
2. **Estratégia:** Impactos da sustentabilidade nos negócios no curto, médio e longo prazo;
3. **Gestão de Riscos:** Identificação, avaliação e mitigação de riscos relacionados à sustentabilidade;
4. **Métricas e Metas:** Indicadores utilizados para monitorar o desempenho e as metas estabelecidas.

Para garantir conformidade com essa norma, as empresas devem identificar temas materiais relevantes para o negócio e incorporá-los em seus planos estratégicos e financeiros, considerando os impactos tanto sobre a empresa quanto sobre o meio ambiente e a sociedade.

- **IFRS S2 (Pronunciamento Técnico CBPS 02) – Divulgações Relacionadas ao Clima:** Com os mesmos pilares estruturais da IFRS S1, essa norma foca especificamente na divulgação de riscos e oportunidades climáticas. Seu objetivo é garantir uma avaliação integrada dos impactos climáticos sobre as empresas, evitando duplicação de informações e promovendo maior transparência na divulgação de riscos físicos e de transição associados às mudanças climáticas.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

- **Resolução CMN 5.185:** Em 21 de novembro de 2024, o Conselho Monetário Nacional (CMN) emitiu a, consolidando os critérios gerais para a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Com essa norma, além das instituições registradas como companhias abertas, também se torna obrigatória, a partir do exercício de 2026, a divulgação do "Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade" para instituições líderes de conglomerado prudencial classificadas nos segmentos S1 ou S2
- **Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:**
As emendas às normas IFRS 9 e IFRS 7, publicadas em maio de 2024, esclarecem a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, especialmente aqueles com características ESG, e fornecem critérios sobre a liquidação de passivos por meio de sistemas eletrônicos de pagamento. As mudanças ajudam a garantir maior consistência na avaliação de ativos financeiros vinculados a **metas ambientais, sociais e de governança**, além de introduzir uma política contábil opcional para desreconhecimento antecipado de passivos financeiros liquidados eletronicamente. Também há novos requisitos de divulgação para aumentar a transparência sobre instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026.

Essas normas representam um avanço significativo na padronização e na transparência da divulgação de informações ESG, garantindo maior comparabilidade e confiabilidade para investidores, reguladores e demais partes interessadas.

A avaliação dos impactos das normas acima mencionadas está sendo feita pelo Sicoob com todas as áreas envolvidas já mapeadas para que sejam feitos os devidos reportes em atendimento ao requerido, por meio de grupo técnico de trabalho.

e. Aprovação das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

A Diretoria Colegiada do Banco Sicoob submeteu ao Conselho de Administração, as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que as aprovou em reunião realizada em 19 de março de 2025.

Nota 3 – Estimativas contábeis críticas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas devido ao alto nível de subjetividade no envolvimento dessas políticas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das perdas esperadas:

A mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha apropriada de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de bancos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento, conforme nota 12(g).

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo no resultado, tendo o valor justo determinado por meio de cotações de preço de mercado. Quando o valor justo é positivo, as operações são registradas como ativos financeiros e, quando negativos, registrados como passivos financeiros. Os ganhos ou perdas eventuais são reconhecidos integralmente no resultado do período a que se referir.

(iv) Outras estimativas

Outros itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco Sicoob revisa as estimativas e premissas periodicamente.

Nota 4 – Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas do Banco Sicoob foram utilizadas e vêm sendo aplicadas de forma consistente, conforme descrito a seguir:

a. Base para consolidação das demonstrações contábeis em IFRS

As demonstrações contábeis das subsidiárias estão consolidadas com as do Banco Sicoob. Consequentemente, todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação. A data-base das demonstrações contábeis das empresas controladas utilizada na consolidação é a mesma da controladora.

As empresas Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. ("Sicoob Consórcios"), Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Sicoob DTVM"), Sicoob Soluções de Pagamento Ltda ("Sicoob Pagamentos") e Sicoob PAR Seguridade S.A. ("Sicoob PAR"), controladas do Banco Sicoob, estão incluídas na consolidação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.

Foi considerado ainda, o fundo de investimento imobiliário Sicoob Agências por apresentar retenção substancial de riscos e benefícios pelo Banco Sicoob.

Estas demonstrações contábeis consideram os ajustes de diferenças entre as práticas contábeis do IFRS e daquelas emitidas pelo Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Cosif. A seguir, estão elencados os ajustes de diferença de GAAPs conforme requerido pela Resolução CMN 4.818/2020:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

- **Cálculo das perdas esperadas:** refere-se ao ajuste decorrente da estimativa da perda esperada sobre a carteira de ativos sujeitos à redução do valor recuperável, compromissos de empréstimos a liberar e contratos de garantias financeiras, apurada com base nos critérios descritos na nota de prática contábil e de conformidade com o previsto pelo IFRS 9. Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados conforme a Resolução CMN 2.682/1999, que usa os limites regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil (BCB), além da diferença de escopo da base de cálculo dessas perdas, que para fins de IFRS considera outros ativos além daqueles previstos pelo BCB; como por exemplo, títulos públicos e privados e limites de crédito concedidos;
- **Taxa efetiva de juros:** segundo o IFRS, as comissões e custos financeiros inerentes, que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculada ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o Bacen GAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas. A taxa efetiva do Banco Cooperativo Sicoob S.A. é calculada sobre as operações de crédito consignado tendo em conta os valores pagos pelo banco a título de comissionamento às cooperativas;
- **Ágio adquirido em combinações de negócios:** calculado e registrado contabilmente com base no valor justo quando da aquisição das participações societárias do Sicoob Consórcios ocorrida em 2011 e do Sicoob Pagamentos em 2015. Segundo o Bacen GAAP, o ágio é amortizado durante um período de até 10 anos, estando sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma evidência adicional. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 "Ativos Intangíveis", o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação de seu valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que possa sofrer redução no seu valor recuperável.
- **Créditos tributários:** calculado com base nos ajustes de IFRS, são revertidos os valores aplicáveis às práticas contábeis do Cosif e inclusão dos efeitos de ajustes do IFRS, a exemplo da taxa efetiva de juros e provisão para perdas esperadas de crédito;
- **Passivos fiscais diferidos:** constituídos sobre o custo atribuído do imobilizado e combinações de negócios;
- **Custo atribuído do imobilizado:** calculado e registrado contabilmente no patrimônio líquido quando da adoção das IFRS pelo banco em 2012.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Os ajustes efetuados pela consolidadora considerando os saldos registrados de acordo com o Cosif (Bacen GAAP) e aqueles realizados para fins de atendimento às normas internacionais de contabilidade (IFRS), estão demonstrados por grupo. Os valores ajustados refletem as diferenças nas práticas contábeis de reconhecimento e mensuração, conforme exigido pelas normas IFRS.

(i) Resultado	Nota	Valor
Resultado Cosif na Consolidadora – Banco Sicoob	(a)	591.842
Taxa efetiva – Comissão crédito consignado	(b)	(6.735)
Despesa de depreciação – Custo atribuído do imóvel	(c)	(401)
Constituição/Reversão de perdas esperadas	(d)	16.610
Amortização carteira de clientes – Sicoob Pagamentos	(e)	(893)
Reversão ajuste depreciação do imobilizado (Cosif)	(f)	1.608
Reversão/Constituição – Créditos tributários – IR e CS	(g)	12.348
Total dos ajustes		22.537
Resultado Final em IFRS no Banco Sicoob (Cosif + Ajustes)		614.379
Saldo de consolidação (receitas e despesas) entidades consolidadas		34.923
Resultado consolidado		649.302

- (a) Aplicação da taxa efetiva de juros para as operações de crédito consignado.
(b) Despesa de depreciação relativa ao custo atribuído do imóvel sede do Banco Sicoob de acordo com a IFRS1 quando da adoção das normas internacionais.
(c) Constituição das perdas esperadas de acordo com a IFRS9 e reversão da provisão de acordo com as regras da Resolução CMN 2.682/1999.
(d) Amortização da carteira de clientes do Sicoob Pagamentos conforme Laudo PPA quando da aquisição do controle pelo Banco Sicoob.
(e) Reversão do ajuste da depreciação do imóvel sede do Banco Sicoob em razão do ajuste da vida útil.
(f) Reversão/constituição dos créditos tributários para refletir os efeitos das IFRS.

(ii) Patrimônio Líquido	Nota	Valor
PL Cosif Consolidadora – Banco Sicoob		4.996.213
Reversão da marcação a mercado – TVM disponíveis para venda	(a)	1.199
Custo atribuído do imobilizado	(b)	25.094
Remensuração de participação societária – Sicoob Pagamentos	(c)	(41.731)
Outros	(d)	(16.632)
Total de Ajustes de IFRS no PL		(32.070)
PL Final em IFRS no Banco Sicoob		4.964.143
Saldo de consolidação – Participação de não controladores		3.174
PL Final Consolidado		4.967.317

- (a) Reversão da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda no Cosif e classificados ao Custo Amortizado de acordo com a IFRS9.
(b) Custo atribuído do imóvel sede do Banco Sicoob registrado de acordo com o IFRS1 quando da adoção das normas internacionais pelo Banco Sicoob.
(c) Remensuração da participação no Sicoob Pagamentos ao valor justo devido ao ganho em combinação de negócios.
(d) Resultados apurados na conta patrimônio líquido em decorrência do encerramento das contas de resultado.

Estão apresentadas a seguir, as principais informações das entidades consolidadas:

a.1. Empresas Controladas

Componentes	Sicoob DTVM		Sicoob Consórcios		Sicoob Pagamentos		Sicoob PAR	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante e não circulante	23.070	20.342	953.103	741.160	1.128.380	892.273	253.756	142.302
Total do ativo	23.070	20.342	953.103	741.160	1.128.380	892.273	253.756	142.302
Passivo circulante e não circulante	8.716	7.057	391.023	286.388	810.982	684.269	65	35
Total do passivo	8.716	7.057	391.023	286.388	810.982	684.269	65	35
Patrimônio líquido	14.354	13.285	562.080	454.772	317.398	208.004	253.691	142.267
Receitas	29.195	22.283	603.730	382.859	665.803	443.832	134.562	120.302
Resultado de operações em continuidade	29.195	22.283	603.730	382.859	665.803	443.832	134.562	120.302
Caixa e equivalentes de caixa	2	2	185	45	80	391	14	1
Participação de controladores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,00%	99,00%	100,00%	100,00%

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

a.2. Fundos de Investimento

Componentes	Sicoob Agências FII(a)	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	20.135	20.622
Ativo não circulante	8.629	8.365
Total do ativo	28.764	28.987
Passivo circulante	3.297	57
Total do passivo	3.297	57
Patrimônio líquido	25.467	28.930
Receitas	2.610	3.240
Resultado de operações em continuidade	2.610	3.240
Caixa e equivalentes de caixa	11	13

a) Atualmente, o Banco Sicoob possui 100% das cotas do Fundo Imobiliário Sicoob Agências.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional das entidades que compõem o balanço consolidado do Banco Sicoob. Exceto quando indicado, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 10).

d. Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são consideradas nas demonstrações contábeis consolidadas do período a que se referem, independentemente de recebimento ou pagamento.

e. Instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco Sicoob são efetuadas de acordo com a IFRS 9 e estão descritas a seguir:

e.1. Reconhecimento inicial

(i) Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, geralmente é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco Sicoob se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são reconhecidas quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Banco Sicoob.

(ii) Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Banco Sicoob no gerenciamento de seus instrumentos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados ou subtraídos desse valor.

e.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

(i) Avaliação do modelo de negócio

O Banco Sicoob classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses instrumentos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ao valor justo através do resultado (VJR).

O Banco Sicoob classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR. O Banco Sicoob pode designar instrumentos em VJR se, ao fazer isso, elimina e reduz significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados obrigações por empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação e instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo é aplicada.

(ii) Teste de SPPJ (“Somente Pagamento de Principal e Juros”)

Como um segundo passo do processo de classificação, o Banco Sicoob avaliou os termos contratuais dos instrumentos financeiros para verificar se possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

“Principal”, para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Banco Sicoob realizou julgamento e considerou fatores relevantes, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais que não são relacionados a um acordo de empréstimo não originam fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados.

O Banco Sicoob testou os instrumentos financeiros para avaliar se os ativos financeiros atendiam aos critérios de “somente pagamento de principal e juros” e como resultado, as carteiras de títulos e valores mobiliários, de empréstimos e recebíveis e de aquisição, foram classificadas preponderantemente na categoria ao “custo amortizado”.

e.3. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais relativos apenas a pagamentos de principal e juros.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

O custo amortizado é o valor pelo qual um instrumento financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros dos ativos financeiros está incluída em 'Receitas com juros', utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial.

e.4. Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado

Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado compreendem itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído para refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Instrumentos derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor residual de pagamento de um dia para o outro.

Os ativos que não atenderam aos critérios de “somente pagamento de principal e juros” no teste de SPPJ são preponderantemente títulos e valores mobiliários mantidos por fundo de investimento consolidado e aplicações em cotas de fundos de investimento.

e.4.1. Designação irrevogável

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Na adoção inicial, o Banco Sicoob não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

e.4.2. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Banco Sicoob pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Banco em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Na adoção inicial, a Administração do Banco Sicoob não optou por designar os instrumentos patrimoniais ao VJORA.

e.4.3. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar as características do fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes.

O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Como resultado do teste de “SPPJ”, não foram identificados títulos a serem classificados na categoria de valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA).

e.5. Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

- **Nível 1:** Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas e futuros.
- **Nível 2:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos.
- **Nível 3:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Em 31 de dezembro de 2023, o Banco Sicoob não possuía instrumentos mensurados no nível 3.

A distribuição dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo na hierarquia de mensuração está divulgada na Nota 12(g).

e.6. Reclassificação de instrumentos financeiros

O Banco Sicoob não reclassificou seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

e.7. Baixa (desreconhecimento) de ativos financeiros

e.7.1. Baixa (desreconhecimento) devido a modificações substanciais em termos e condições contratuais

O Banco Sicoob desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Banco Sicoob reconhece um ganho ou perda de modificação.

e.7.2. Baixa (desreconhecimento) de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Banco Sicoob transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o Banco Sicoob não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento geralmente ocorre quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, exceto para operações de longo prazo cujo desreconhecimento ocorre com 720 dias.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

e.7.3. Baixa (desreconhecimento) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

f. Perdas de crédito esperadas para ativos financeiros

f.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O Banco Sicoob registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, e, portanto, considerados como “instrumentos financeiros”. Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a redução ao valor recuperável de acordo com a IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses), a não ser que tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas de crédito do prazo remanescente do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Lifetime). A política do Sicoob para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na nota 28.

A PE de 12 meses é a parte da PE Lifetime que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Lifetime são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 28.

O Banco Sicoob estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações contábeis, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

Com base no processo acima descrito, o Banco Sicoob distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

- **Estágio 1:** quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Banco Sicoob reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

- **Estágio 2:** quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua origemação, o Banco Sicoob registra uma provisão para PE *Lifetime*. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.
- **Estágio 3:** instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação e todos os elementos de inadimplência possíveis.
- **Migração entre estágios:** a migração entre estágios ocorre em razão da deterioração/melhora do risco do tomador, conforme modelos de escoragem.

f.2. Cálculo das perdas esperadas

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência.
- Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento.

Com exceção de créditos rotativos provenientes de cartões de crédito, cheque especial e conta garantida, o período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Banco tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- **Estágio 1:** O Banco Sicoob calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. O cálculo da Perda Esperada 12 meses ocorre pela multiplicação entre os parâmetros de PD 12 meses, EAD e LGD;
- **Estágio 2:** Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua origemação, o Banco Sicoob reconhece uma provisão de perda esperada *Lifetime* (ao longo da vida do instrumento financeiro). Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs são estimadas ao longo da vida do instrumento e as LGDs são estimadas a partir da média ponderada dos tipos de garantias relacionadas aos contratos pelos seus valores de cobertura, considerando a ordem de utilização da garantia da melhor para a pior. Nos casos em que há interveniência de cooperativas, a LGD considerada será a menor entre a LGD calculada a partir das garantias e a LGD de cooperativa, que avalia a concentração financeira das cooperativas frente ao Banco Sicoob;
- **Estágio 3:** Para operações consideradas com problemas de recuperação, o Banco Sicoob reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.
- **Limites de crédito:** ao estimar a perda esperada *Lifetime* (ao longo da vida do instrumento financeiro) para limites de crédito não utilizados, o Banco Sicoob estima a parcela do limite concedido que será utilizado ao longo de sua vida, sendo estimado o parâmetro de Fator de Conversão de Crédito (FCC).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

f.3. Limites de cartão de crédito, cheque especial, conta garantida e garantias financeiras prestadas

Dentre os produtos do Banco Sicoob está incluída a concessão de limites de crédito através da emissão de cartões de crédito, cheque especial e conta garantida, onde o Banco possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O Banco Sicoob não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do Banco Sicoob em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

Para garantias financeiras prestadas, o Banco Sicoob utiliza o prazo da operação.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

f.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Banco Sicoob utiliza uma série de informações macroeconômicas considerando o efeito de *forward looking* na projeção da perda esperada e, ainda, as características individuais de cada carteira ou devedor.

O Banco Sicoob realizou análises dos indicadores por tipo de pessoa, considerando os deslocamentos das séries históricas das variáveis macroeconômicas, em até 12 meses para trás (lags) e até 12 meses para frente (leads), na visão safra e data base e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O Banco Sicoob considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

f.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*Low default portfolio* – LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Banco Sicoob utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Banco Sicoob pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Banco Sicoob considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como *investment grade* pelas agências de rating na visão local.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a IFRS 9 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3. Não houve migração de estágios para ativos com baixo risco de crédito.

g. Investimentos

Os investimentos em coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) e são registrados no grupo de “Investimentos”. O resultado de equivalência é calculado com base no percentual de participação societária detida sobre o patrimônio líquido da controlada e/ou coligada.

As perdas ou ganhos em participações societárias são registradas no resultado do período a que se referir, na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”. Os investimentos estão demonstrados conforme Nota 17.

h. Outros ativos

Estão demonstrados pelo valor do principal, líquidos da perda esperada, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

i. Imobilizado

Incluem os valores de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática, de segurança e comunicação conforme Nota 18.

São mensurados pelo custo de aquisição menos a depreciação acumulada e eventuais perdas por redução no valor recuperável. O custo do imobilizado inclui itens diretamente atribuíveis à aquisição de um bem.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O cálculo da depreciação é efetuado pelo método linear com a utilização das taxas estimadas dos bens a que se referem. A depreciação é calculada a partir da disponibilidade do bem para uso. Os terrenos não são depreciados.

As taxas de imobilizado aplicadas no exercício corrente são as seguintes:

Item	Taxa ao ano
Edificações	1,67%
Instalações	10%
Móveis e equipamentos de uso	10%
Sistemas de comunicação e segurança	10%
Sistemas de processamento de dados (<i>hardware</i>) e transporte	20%

O Banco Sicoob avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do imobilizado possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

acima do valor de realização seja por uso ou venda. A avaliação dos imóveis é efetuada através de laudos preparados por empresas especializadas e independentes. Esta avaliação somente é efetuada se for identificada alguma evidência de alteração do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um imobilizado, o Banco Sicoob reconhece a reversão da perda por não recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o período da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não recuperação tivesse sido reconhecida. Para o Banco Sicoob são consideradas como evidências objetivas de perda, a obsolescência, a ociosidade ou o desgaste excedente à expectativa de tais itens.

Foi efetuado teste de recuperabilidade no ativo imobilizado e não foram identificadas perdas por redução no valor recuperável.

j. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são compostos das licenças de uso de softwares, do ágio adquirido em combinações de negócios, além do ágio em marcas e patentes e carteiras de clientes. O ágio, marcas e patentes e carteira de clientes foram registrados tendo como base os valores demonstrados nos PPAs – *Purchase Price Allocation* quando da aquisição do Sicoob Consórcios e de participação na Sicoob Pagamentos. Os principais ativos intangíveis estão demonstrados na Nota 19.

j.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos intangíveis com vida útil definida compreendem softwares adquiridos de terceiros. São, ainda, avaliados anualmente com a finalidade de verificar a existência de perdas por redução ao valor recuperável.

Item	Vida útil	Taxa ao ano
Sistemas de processamento de dados (software)	5 anos	20%

k. Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos. Estão demonstrados conforme Nota 21.

l. Compensação de ativos e passivos

A apresentação de ativos e passivos pelo valor líquido ocorre apenas quando há um direito legal de serem compensados numa base líquida. A menos que não haja a intenção de liquidá-los desta forma ou de realizar um ativo para liquidar um passivo, a apresentação é feita de forma separada. No exercício não ocorreram compensações entre ativos e passivos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

m. Benefícios a empregados – Previdência complementar

O Banco Sicoob é patrocinador de plano de previdência dos seus funcionários, mantido na Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, entidade que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência complementar aos da previdência oficial básica na modalidade de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2024, o plano dos funcionários do Banco Sicoob e empresas controladas na Sicoob Previ contava com 1.964 participantes ativos (2023 – 1.837), cuja contribuição totalizou R\$ 11.413 (2023– R\$ 10.360).

n. Participação nos lucros e resultados

O Banco Sicoob reconhece como passivo, os valores correspondentes à participação dos funcionários e administradores nos lucros e resultados. Os cálculos são efetuados com base nas informações obtidas do acordo/convenção sindical. Tais valores estão demonstrados conforme Nota 8.

o. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Banco Sicoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. A composição dos passivos contingentes está demonstrada conforme Nota 23.

Os passivos contingentes são monitorados e revisados periodicamente pela Administração com vistas a obter as melhores informações disponíveis quanto aos eventos que os geraram e os possíveis desfechos de modo que o valor das perdas seja ajustado com base nas melhores estimativas conforme Nota 23.

O Banco Sicoob reconhece contabilmente uma provisão quando se avalia a probabilidade de perda como provável e quando o montante da obrigação pode ser estimado com suficiente segurança. As situações em que o Banco Sicoob avaliar que a chance de perda é classificada como possível serão apenas divulgadas em notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como remotas não serão provisionadas nem divulgadas.

- **Ativos e passivos contingentes** – O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a IAS 37, por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:
- **Ativos contingentes** – Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- **Causas judiciais** – São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

- **Obrigações legais** – São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Banco Sicoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

p. Tributos sobre a renda

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 20%

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima e com base nos ajustes de diferenças entre o IFRS e o Cosif. Ambos os créditos tributários são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 4.842/20. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

q. Distribuição de dividendos

Conforme previsão estatutária, o Banco Sicoob distribui dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas, calculados pela aplicação do percentual de 5% sobre o lucro líquido ajustado do período, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme Cosif. Em razão disso, não são distribuídos dividendos tendo como base o lucro líquido apurado nas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS.

Os valores apurados decorrentes da obrigação prevista no estatuto são reconhecidos no passivo no período a que se referem.

Dividendos propostos acima do mínimo previsto são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido e são pagos apenas depois de autorizados pela assembleia (Nota 24(d)).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Nota 5 – Receitas líquidas com juros

Receitas e despesas com juros	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo no resultado			
Empréstimos e recebíveis de clientes		8.742.176	7.816.214
Aplicações em operações compromissadas		2.906.208	2.940.072
Aplicações interfinanceiras de liquidez		60.850	49.000
Letras financeiras do Tesouro		847.722	841.783
Depósitos compulsórios no Banco Central		192.376	183.543
Total		12.749.332	11.830.612
Despesas com juros			
Depósitos de poupança		(906.018)	(879.410)
Depósitos interfinanceiros		(9.031.525)	(9.089.374)
Depósitos a prazo		(393.731)	(406.098)
Obrigações por operações compromissadas		(302.098)	(249.819)
Obrigações por empréstimos e repasses		(546.011)	(312.203)
Letras de crédito do agronegócio		(91.912)	(87.209)
Outras despesas de juros	(a)	(70.335)	(4.235)
Total		(11.341.630)	(11.028.348)
Receita líquida com juros		1.407.702	802.264

(a) Referem-se às despesas de câmbio, TVM e desvalorização de títulos livres.

Nota 6 – Receitas líquidas de tarifas e comissões

Receitas e despesas de tarifas e comissões	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de tarifas e comissões			
Convênio Sicoob	(a)	11.071	11.042
Rendas de serviços bancários		31.859	23.939
Rendas de serviços prestados de fundos		5.603	4.404
Rendas de administração de fundos		26.384	20.712
Rendas de administração de consórcios		530.291	535.989
Rendas de serviços com cartão de crédito	(b)	593.418	582.408
Rendas por antecipações de obrigações de transações de pagamento		247.252	288.517
Rendas de recebimento de concessionárias	(c)	88.138	114.735
Rendas de garantias prestadas		474	413
Outras receitas		125.571	116.277
Total		1.660.061	1.698.436
Despesas de tarifas e comissões			
Comissões	(d)	(561.339)	(402.997)
Outras despesas		(6)	(7)
Total		(561.345)	(403.004)
Receitas líquidas de tarifas e comissões		1.098.716	1.295.432

(a) Refere-se à prestação de serviços como microfilmagem, fornecimento de talonário de cheques e processamento de serviços de compensação.

(b) Referem-se, dentre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade etc., de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.

(c) Referem-se às tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.

(d) Referem-se preponderantemente às despesas de comissão pela venda de produtos e serviços (crédito, cartão, consórcio, dentre outros) repassados às cooperativas do Sicoob.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Nota 7 – Outras receitas e outras despesas operacionais

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Outras receitas operacionais			
Recuperação de encargos e despesas		56.453	42.292
Receitas de cartões de crédito		338.259	280.687
Adquirência		106.263	151.782
Fidelidade – Expiração de pontos	(a)	63.878	51.917
Reversão de provisões operacionais	(b)	3.596	8.229
Impostos a Compensar	(c)	5.499	5.689
Outras		64.085	81.904
Total		638.033	622.500
Outras despesas operacionais			
Despesas serviços associados às transações de pagamento		(139.642)	(205.769)
Adquirência		(58.904)	(130.277)
Fidelidade – Spread Negativo	(d)	(33.562)	(26.873)
Contingências		(15.379)	(6.963)
Bonificação seguro prestamista		(26.602)	(22.358)
Outras		(69.910)	(46.849)
Total		(343.999)	(439.089)
Outras receitas (despesas) operacionais		294.034	183.411

- (a) Saldo do Sicoob Pagamentos, refere-se principalmente a receita por expiração de pontos do Ecossistema Coopera, não utilizados pelos participantes do Programa.
- (b) Referem-se a reversões diversas de provisões de campanhas institucionais, impostos não recolhidos, duplicidade de registros, internalização de operações do Sicoob Pagamentos, valores a receber, dentre outros.
- (c) Refere-se à atualização de taxa Selic sobre impostos a compensar.
- (d) Refere-se à despesa entre a troca de pontos de fidelidade entre a administradora de pontos e o parceiro de resgate, na aquisição de bens ou serviços de terceiros entregues aos participantes do Programa;

Nota 8 – Despesas com pessoal

Despesas	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Honorários pagos a diretores e conselheiros		22.025	21.369
Proventos	(a)	179.089	170.729
Encargos sociais	(b)	76.757	73.022
Benefícios	(c)	85.430	78.218
Treinamentos		3.260	3.827
Remuneração a estagiários		1.864	1.985
Participação dos empregados nos lucros		29.133	27.212
Total		397.558	376.362

- (a) Referem-se, principalmente, a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.
- (b) Referem-se, principalmente, às provisões de INSS e FGTS de funcionários.
- (c) Referem-se, principalmente, aos benefícios de assistência médica, vale-transporte, vales-refeições e previdência complementar pagos a empregados.

Nota 9 – Outras despesas administrativas

Despesas	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de água, energia, gás, manutenção e conservação		1.199	2.012
Comunicação		82.470	66.476
Material		506	357
Processamento de dados	(a)	166.072	97.733
Propaganda e publicidade		193.671	117.427
Serviços do sistema financeiro		52.974	48.782
Serviços de terceiros	(b)	460.162	477.069
Serviços técnicos especializados		39.826	30.545
Viagens		5.438	7.714
Promoções e relações públicas	(c)	77.291	50.656
Outras despesas administrativas		39.457	23.815
Total		1.119.066	922.586

- (a) Refere-se principalmente aos custos com desenvolvimento de software, manutenção e desenvolvimento de sistemas do Sicoob Pagamentos.
- (b) Refere-se basicamente a serviços com microfilmagem, talonários, consulta de proteção ao crédito, mão de obra de terceiros e comissões pagas pela venda de cotas de Consórcio e serviços prestados de cobrança.
- (c) Refere-se principalmente às campanhas realizadas no exercício/2024 na rede Sicoob que culminaram com o maior volume de negócios gerados.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Nota 10 – Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:

Componentes	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades		73.841	44.841
Disponibilidades		73.841	44.841
Equivalentes de caixa		31.020.750	23.367.373
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias)	(a)	31.020.750	23.367.373
Total		31.094.591	23.412.214

(e) Os equivalentes de caixa são aplicações que possuem vencimento de até 90 dias a partir da data de aquisição do instrumento financeiro e são remunerados pelo IPCA, CDI, Selic e taxas prefixadas.

Nota 11 – Depósitos compulsórios no Banco Central

Componentes	31/12/2024	31/12/2023
Pagamentos instantâneos	622.972	93.309
Reservas compulsórias em espécie	217	40
Recolhimentos obrigatórios	3.060.263	2.497.557
Outros	640.000	33.999
Total	4.323.452	2.624.905

Nota 12 – Ativos financeiros ao custo amortizado

a. Composição de empréstimos e recebíveis de clientes

Grupos de empréstimos e recebíveis	31/12/2024	31/12/2023
Repasse interfinanceiros	32.755.443	32.773.427
Repasse interfinanceiros	32.755.443	32.773.427
Operações de crédito	18.605.531	13.296.364
Empréstimos e títulos descontados	6.770.263	5.189.305
Financiamentos	3.690.878	2.074.024
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.235.083	5.191.877
Financiamentos imobiliários	909.307	841.158
Outros recebíveis	13.992.755	12.462.122
Cartão de crédito e outros créditos	13.992.755	12.462.122
Subtotal	65.353.729	58.531.913
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em empréstimos e recebíveis	(571.330)	(558.955)
Total	64.782.399	57.972.958
Circulante	38.230.958	35.918.538
Não circulante	26.551.441	22.054.420

Os totais acima representam a exposição máxima ao risco de crédito para o grupo de empréstimos e recebíveis de clientes.

b. Composição dos empréstimos e recebíveis por setor de atividade e prazo de vencimento

Setores de atividade	de	Vencidas	A vencer					2024	2023
			Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	
Rural	-	198.328	982.472	2.225.304	1.867.252	1.961.727	-	7.235.083	5.191.879
Intermediários financeiros	-	3.227.414	16.418.730	8.238.651	2.751.866	2.118.782	-	32.755.443	32.773.427
Pessoas físicas	129.595	2.019.024	8.746.406	1.871.655	958.254	445.202	14	14.170.150	12.817.099
Outros serviços	78.037	1.366.182	5.347.774	2.415.902	829.551	238.022	8.278	10.283.746	6.908.350
Habitação	2.159	27.284	76.576	174.568	140.566	370.568	117.586	909.307	841.158
Total	209.791	6.838.232	31.571.958	14.926.080	6.547.489	5.134.301	125.878	65.353.729	58.531.913

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

c. Concentração dos empréstimos e recebíveis de clientes

c.1. Repasses interfinanceiros

Segmentação	2024	%	2023	%
10 maiores devedores	9.458.356	28,87	9.584.335	29,24
50 maiores seguintes	14.713.145	44,92	14.703.595	44,87
100 devedores seguinte	7.742.677	23,64	7.710.653	23,53
Demais	841.265	2,57	774.844	2,36
Total	32.755.443	100,00	32.773.427	100,00

c.2. Operações de crédito

Segmentação	2024	%	2023	%
10 maiores devedores	1.773.154		644.758	4,84
50 maiores seguintes	1.044.362		508.348	3,82
100 devedores seguinte	690.465		467.610	3,51
Demais	15.097.550		11.675.648	87,83
Total	18.605.531		13.296.364	100,00

c.3. Garantias associadas aos empréstimos e recebíveis

Modalidade	2024		2023	
	Exposição máxima	Efeito financeiro da garantia	Exposição máxima	Efeito financeiro da garantia
Empréstimos e títulos descontados	6.770.263	3.254.490	5.189.305	1.806.155
Financiamentos	3.690.878	5.792.850	2.074.024	3.114.334
Repasses interfinanceiros e financiamentos rurais e agroindustriais	39.990.526	63.760.007	37.965.304	57.053.370
Financiamentos imobiliários	909.307	1.772.353	841.158	1.607.156
Cartão de crédito e outros créditos	13.992.755	-	12.462.122	-
Total	65.353.729	74.579.700	58.531.913	63.581.015

Os valores relativos ao efeito financeiro das garantias correspondem aos valores nominais destas, na data da contratação das operações.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

d. Composição dos títulos e valores mobiliários por tipo e prazo de vencimento

Os ativos financeiros ao custo amortizado apresentam o seguinte perfil por tipo e faixa de vencimento:

Ativos financeiros ao custo amortizado	Prazos de vencimento							2024	2023			
	Sem vencimento	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de Curva	Valor Justo	Ganho (perda) não realizado	Valor de Curva	Valor Justo	Ganho (perda) não realizado
Títulos e valores mobiliários	-	-	1.609.899	-	4.844.678	32.918.963	39.374.404	39.373.540	(865)	32.570.980	32.563.288	7.692
I – Carteira própria	-	-	453.702	-	1.521.935	18.515.350	20.491.383	20.490.987	(396)	16.776.882	16.771.756	5.125
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	267	689	956	956	-	582	582	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	453.702	-	1.521.668	18.514.661	20.490.427	20.490.031	(396)	16.776.300	16.771.174	5.125
II – Carteira vinculada a recompra	-	-	-	-	3.181.489	7.780.017	10.961.653	10.961.506	(147)	8.188.537	8.188.082	454
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	3.181.489	7.780.017	10.961.653	10.961.506	(147)	8.188.537	8.188.082	454
III – Vinculados a prestação de garantias	-	-	1.156.197	-	141.254	6.623.596	7.921.369	7.921.047	(322)	7.605.561	7.603.450	2.112
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.156.197	-	141.254	6.623.596	7.921.369	7.921.047	(322)	7.605.561	7.603.450	2.112
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	273.731	3.841.382	136.047	4.251.160	4.251.160	-	5.817.936	5.817.936	-
Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI)	-	-	-	273.731	3.841.382	136.047	4.251.160	4.251.160	-	5.817.936	5.817.936	-
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em títulos públicos e privados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.585)	(3.585)	-
Total líquido	-	-	1.609.899	273.731	8.686.060	33.055.010	43.625.563	43.624.700	(865)	38.385.331	38.377.639	7.692

No exercício de 2024 não ocorreram reclassificações de títulos entre as categorias.

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco Sicoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 7.930.140 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 7.603.450), sendo principalmente:

- R\$ 3.396.552 (31/12/2023 – R\$ 3.580.213) referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito.
- R\$ 4.182.697 (31/12/2023 – R\$ 3.771.633) referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

e. Composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por estágio

A seguir, é apresentada a composição dos empréstimos e recebíveis de clientes, títulos e valores mobiliários e adquirência, segregados pelos estágios de classificação da IFRS 9:

e.1. Estágio 1

Carteiras	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e recebíveis de clientes	64.734.651	55.478.639
Repasse interfinanceiros	31.743.417	32.588.277
Empréstimos e títulos descontados	6.251.541	3.836.077
Financiamentos	3.465.986	1.717.644
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.202.391	5.192.348
Financiamentos imobiliários	816.315	668.784
Financiamentos à exportação/importação	494.185	114.160
Cartão de crédito e outros créditos	13.760.816	11.361.349
Títulos e valores mobiliários	74.636.534	12.098.443
Títulos públicos	4.251.160	11.950.395
Títulos privados	70.385.374	148.048
Outros recebíveis	5.383.563	4.354.758
Adquirência	5.383.563	4.354.758
Total dos ativos financeiros classificados no estágio 1	144.754.748	71.931.840

Inclui-se neste saldo as operações de CPR

e.2. Estágio 2

Carteiras	31/12/2024	31/12/2023
Repasse interfinanceiros	1.012.025	-
Empréstimos e títulos descontados	384.154	1.291.161
Financiamentos	56.923	251.343
Financiamentos rurais e agroindustriais	79.449	179.435
Financiamentos imobiliários	44.941	137.665
Financiamentos à exportação/importação	219	527
Cartão de crédito e outros créditos	142.894	1.012.821
Total dos ativos financeiros classificados no estágio 2	1.720.605	2.872.952

e.3. Estágio 3

Carteiras	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e títulos descontados	168.571	85.271
Financiamentos	61.043	98.224
Financiamentos rurais e agroindustriais	44.150	5.244
Financiamentos imobiliários	48.051	34.708
Financiamentos à exportação/importação	9.668	17.955
Cartão de crédito e outros créditos	89.044	87.952
Total dos ativos financeiros classificados no estágio 3	420.527	329.354

f. Movimentação dos saldos dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

f.1. Empréstimos e recebíveis de clientes

				31/12/2024	31/12/2023
Migração de estágios	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	55.478.639	2.872.952	329.354	58.680.945	48.802.436
Transferidos para o Estágio 1	-	(1.687.434)	(130.903)	(1.818.337)	(328.319)
Transferidos para o Estágio 2	(835.273)	-	(15.571)	(850.844)	(973.020)
Transferidos para o Estágio 3	(140.052)	(184.644)	-	(324.696)	(175.190)
Oriundos do Estágio 1		835.273	140.052	975.325	1.047.211
Oriundos do Estágio 2	1.687.434	-	184.644	1.872.078	380.148
Oriundos do Estágio 3	130.903	15.571	-	146.474	49.170
Ativos originados/liquidados/amortizados ou baixados para prejuízo	8.413.000	(131.113)	(87.049)	8.194.838	9.878.510

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Total movimentado no exercício	9.256.011	(1.152.347)	91.173	8.194.837	9.878.510
Total geral	64.734.651	1.720.605	420.527	66.875.783	58.680.945
Sem migração de estágio	32.490.355	192.965	45.910	32.729.230	27.938.984

f.2. Títulos e valores mobiliários e aquisição

Os saldos de títulos e valores mobiliários e de aquisição não migraram entre estágios, permanecendo no estágio 1.

g. Valor justo dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Na tabela a seguir estão apresentados os valores justos estimados dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

Ativos financeiros	31/12/2024			31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e recebíveis de clientes	-	66.493.007	-	-	58.028.088	-
Títulos públicos	39.494.837	-	-	32.657.719	-	-
Títulos privados	-	1.157.280	-	-	1.715.917	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	4.236.738	-	-	5.819.219	-
Total	39.494.837	71.887.025	-	32.657.719	65.563.224	-

O valor justo dos ativos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

h. Modificação nos fluxos de caixas contratuais

Os créditos renegociados totalizam R\$ 1,9 bilhão no ano de 2024 (31/12/2023 – R\$ 609,69 milhões) e decorrem de operações de Crédito Consignado, Crédito Rural e Empréstimos, que correspondem à contratos renegociados por força normativa e por inadimplência.

Destacamos que o valor de R\$ 1,09 bilhões se refere às renegociações de Crédito Rural que foram renegociadas por força de normas emitidas pelo CMN nº 5.123/2024, nº 5.132/2024, nº 5.162/2024, nº 5.164/2024, nº 5.173/2024, nº 5.186/2024, nº 4.883/2020 e nº 4.889/2020, pelo Decreto nº 12.138/2024 e Circular-BNDES SUP/ADIG nº 24/2024, nº 25/2024 e nº 87/2024, e R\$ 824,65 milhões corresponde às operações de consignado.

i. Recuperação de crédito de ativos financeiros baixados como prejuízo

A recuperação de créditos baixados como prejuízo no exercício de 2024 totalizou R\$ 16.438 (31/12/2023 R\$ 15.323).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Nota 13 – Provisões para perdas esperadas de crédito em ativos financeiros

As provisões para perdas esperadas de crédito para ativos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de “Provisão para perdas esperadas de crédito”. A seguir estão apresentadas as perdas esperadas de crédito segregadas por estágios e produtos, bem como a movimentação da provisão no período.

a. Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de ativo financeiro

				31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
I – Empréstimos e recebíveis de clientes	318.622	104.626	148.083	571.330	558.955
Repasse interfinanceiros	42.962	64.020	–	106.982	261.725
Empréstimos e títulos descontados	34.400	16.532	73.131	124.063	190.285
Financiamentos	43.412	5.955	36.922	86.289	54.075
Financiamentos rurais e agroindustriais	10.893	1.519	8.541	20.953	1.168
Financiamentos imobiliários	486	299	14.627	15.412	19.640
Financiamentos à exportação/importação	323	2	295	620	619
Cartão de crédito e outros créditos	186.145	16.298	14.568	217.011	31.441
II – Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	3.585
Títulos públicos	–	–	–	–	3.585
Títulos privados	–	–	–	–	–
III – Outros ativos	3.194	–	–	3.194	2.232
Adquirência	3.194	–	–	3.194	2.232
Total geral	321.816	104.626	148.083	574.524	564.772

As provisões para perdas de crédito esperadas foram reconhecidas na rubrica “Provisão para perdas esperadas de crédito”, dentro do grupo de empréstimos e recebíveis de clientes, conforme Nota 12(a).

b. Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

				31/12/2024	31/12/2023
Migração de estágios	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	344.669	103.957	110.328	558.955	481.131
Movimentos com impacto no resultado					
Transferidos para o Estágio 1	–	(53.310)	(16.424)	(69.734)	(8.105)
Transferidos para o Estágio 2	(11.550)	–	(4.284)	(15.834)	(10.260)
Transferidos para o Estágio 3	(1.972)	(11.426)	–	(13.398)	(5.357)
Oriundos do Estágio 1	–	11.550	1.972	13.522	6.353
Oriundos do Estágio 2	53.310	–	11.426	64.736	10.076
Oriundos do Estágio 3	16.424	4.284	–	20.708	7.293
Ativos originados/liquidados/amortizados ou baixados para prejuízo	(82.260)	49.571	45.065	12.376	77.824
Total com movimento no resultado	(26.048)	669	37.755	12.376	77.824
Total	318.622	104.626	148.083	571.331	558.955
Sem migração de estágio	163.722	12.224	23.372	199.318	146.956

c. Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas para os limites de crédito concedidos e não utilizados

				31/12/2024	31/12/2023
Migração de estágios	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	5.365	3.592	2.402	11.359	6.933
Movimentos com impacto no resultado					
Transferidos para o Estágio 1	–	(1.242)	(1.159)	(2.401)	(410)
Transferidos para o Estágio 2	(243)	–	(45)	(288)	(418)
Transferidos para o Estágio 3	(33)	(213)	–	(247)	(191)
Oriundos do Estágio 1	–	243	33	276	355
Oriundos do Estágio 2	1.242	–	213	1.456	347
Oriundos do Estágio 3	1.159	45	–	1.204	317
Ativos originados	83.393	6.631	7.331	97.355	4.426
Total com movimento no resultado	85.518	5.464	6.373	97.355	4.426
Total	90.883	9.056	8.775	108.714	11.359
Sem migração de estágio	4.118	149	193	4.460	4.983

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Nota 14 – Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

a. Composição por título e prazo de vencimento

Ativos financeiros	Nota	Prazo de vencimento	31/12/2024	31/12/2023
CPR/CPRF		Até 1 mês	14.660	3.463
CPR/CPRF		De 1 a 3 meses	7.343	14.216
CPR/CPRF		De 3 a 6 meses	10.560	53.880
CPR/CPRF		De 6 a 12 meses	48.829	113.188
CPR/CPRF		Acima de 1 ano	997.805	1.418.139
Cotas de fundos de investimento		Sem vencimento	57.325	102.098
Outros		Sem vencimento	1.331	161
Total			1.137.853	1.705.145

Os ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR) não estão sujeitos à redução no valor recuperável, sendo assim, nenhuma provisão para perdas é constituída. O valor de R\$ 1.137.853 (31/12/2023 – R\$ 1.705.145) representa a exposição máxima ao risco de crédito para estes instrumentos.

b. Segregação por hierarquia de valor justo

Ativos financeiros	31/12/2024		31/12/2023	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
CPR/CPRF	-	1.079.197	-	1.602.886
Cotas de fundos de investimento	-	57.325	-	102.098
Outros	-	1.331	-	161
Total	-	1.137.853	-	1.705.145

c. Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR

Ativos financeiros	31/12/2024	31/12/2023
CPR/CPRF	240.430	194.881
Cotas de fundos de investimento	7.707	10.469
Outros	(71.267)	(7.035)
Total	176.870	198.315

Nota 15 – Outros ativos

Ativos	31/12/2024	31/12/2023
Rendas a receber de serviços prestados	275.787	185.799
Adiantamentos e antecipações salariais	8.360	8.816
Adiantamento por conta de imobilizações	620	4.381
Depósitos em garantias	28.220	24.525
Tributos a compensar	367.513	296.499
Pagamentos a ressarcir	58.924	56.285
Transações de pagamentos	5.466.688	4.354.761
Títulos e créditos a receber	62.949	56.731
Valores a receber	158.375	193.247
Câmbio	552.149	124.250
Outros	461.801	288.875
Subtotal	7.441.386	5.594.169
(-) Perdas de crédito esperadas em adquirência	(3.194)	(2.232)
Total	7.438.192	5.591.937

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Nota 16 – Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

a. Composição dos Créditos Tributários

Itens	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda(a)	Contribuição social(a)	Imposto de renda	Contribuição social(a)
Perdas esperadas em ativos financeiros	694.393	694.393	576.130	576.130
Taxa efetiva de juros	27.819	27.819	30.467	30.467
Passivos cíveis e trabalhistas	24.177	24.177	20.277	20.277
Participação nos resultados	24.334	24.334	23.686	23.686
Provisões campanha nacional de vendas	18.981	18.981	8.389	8.389
Programa de Incentivo – Crédito	160.137	160.137	9.618	9.618
Taxas de adm. recebidas antecipadamente	-	-	10.452	10.452
Provisão com fraudes	49.167	49.167	83.338	83.338
Outras provisões	121.465	121.465	45.821	45.821
Montante	1.120.473	1.120.473	808.178	808.178
Alíquotas (a)	-	-	-	-
Créditos tributários constituídos	280.118	219.292	202.044	155.766

(a) O crédito tributário de contribuição social foi constituído às alíquotas de 20%, 15% e 9% a depender da natureza jurídica das empresas consolidadas.

b. Composição dos Passivos Fiscais Diferidos

Composição	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Custo atribuído e ágio em combinação de negócios)	59.545	59.545	60.190	60.190
Taxa de administração – inadimplentes	5.292	5.292	3.758	3.758
Montante	64.837	64.837	63.948	63.948
Alíquotas (a)	25%	(a)	25%	(a)
Passivo diferido tributário constituído	16.209	12.386	15.987	12.377

(a) O passivo diferido tributário de contribuição social foi constituído às alíquotas de 20%, 15% e 9%, a depender da natureza jurídica das empresas consolidadas.

c. Movimentação

	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31 de dezembro de 2023	219.831	162.169	199.289	157.122
Crédito tributário (ativo)	202.044	155.766	218.016	163.863
Imposto diferido (passivo)	17.787	6.403	(18.727)	(6.741)
Totais	219.831	162.169	199.289	157.122
Ajuste em resultado	59.905	56.984	20.542	5.048
Créditos tributários constituídos	83.285	72.154	78.647	42.674
Créditos tributários baixados	(7.171)	(2.785)	(42.118)	(25.250)
Movimentação passivo diferido	(16.209)	(12.385)	(15.987)	(12.376)
Movimentação	59.905	56.984	20.542	5.048
Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Crédito tributário (ativo)	280.118	219.291	202.044	155.766
Imposto diferido (passivo)	(383)	(138)	17.787	6.403
Totais	279.735	219.153	219.831	162.169

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

d. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo realizado pela administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 5 anos, assim distribuídos:

Anos	Valor nominal
2025	170.375
2026	67.988
2027	55.810
2028	56.528
2029	46.466
2030 a 2034	102.243
Total de créditos tributários	499.410

e. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Conciliação	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	1.004.245	1.004.245	873.043	873.043
Resultado de participações em controladas	(133.923)	(133.923)	(119.896)	(119.896)
Participação nos lucros e resultados	(29.134)	(29.134)	(27.211)	(27.211)
Base de cálculo	841.188	841.188	725.936	725.936
Alíquota de tributação	25%	(a)	25%	(a)
	210.297	166.555	181.484	124.440
Efeito tributário sobre diferenças temporárias	81.890	40.625	4.561	(330)
Efeitos tributários sobre diferenças permanentes	18.538	13.605	14.481	10.727
	100.428	54.230	19.042	10.397
PAT	(4.540)	-	(4.281)	-
Patrocínio Incentivados	(8.426)	-	(4.583)	-
Doações	(5.204)	-	(3.055)	-
Prorrogação licença maternidade/paternidade	(364)	-	(476)	-
	(18.534)	-	(12.395)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	294.518	222.648	188.131	134.837
Alíquota efetiva	29%	22%	22%	15%

(a) As alíquotas da Contribuição Social em 2024 variaram entre 9%, 15% e 20% a depender da natureza jurídica das empresas.

Nota 17 - Investimentos

Empresas	Nota	31/12/2024		31/12/2023	
		Investimento	Resultado de equivalência	Investimento	Resultado de equivalência
Sicoob Seguradora	(a)	164.590	133.923	138.580	119.896
Outros investimentos	(b)	8.629	-	8.365	-
Outros		2.318	-	2.317	-
Total		175.537	133.923	149.262	119.896

(a) Investimento mantido pela Sicoob PAR Seguridade S/A na Sicoob Seguradora.

(b) Imóvel para investimento mantido por fundo imobiliário.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Nota 18 – Imobilizado

Movimentação	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.444	90.855	8.019	92.734	837	203.889
Aquisição	-	-	6.279	282.621	129	289.029
Alienação/transferência	-	5.189	(12.429)	(2.251)	(262)	(9.753)
Depreciação/transferência	-	308	2.543	(53.615)	202	(50.562)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.444	96.352	4.412	319.489	906	432.603
Custo total	11.444	126.644	11.479	425.208	1.781	576.556
Depreciação acumulada	-	(30.292)	(7.067)	(105.719)	(875)	(143.953)
Valor residual	11.444	96.352	4.412	319.489	906	432.603
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.444	96.352	4.412	319.489	906	432.603
Aquisição	-	-	6.668	179.620	472	186.760
Alienação/transferência	-	4.789	(4.865)	(967)	(171)	(1.214)
Depreciação/transferência	-	(3.543)	(681)	(89.876)	(183)	(94.282)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.444	97.598	5.534	408.266	1.024	523.866
Custo total	11.444	131.433	13.282	603.861	2.082	762.101
Depreciação acumulada	-	(33.835)	(7.748)	(195.595)	(1.058)	(238.235)
Valor residual	11.444	97.598	5.534	408.266	1.024	523.866
Total	11.444	97.598	5.534	408.266	1.024	523.866
Taxas anuais de depreciação %		1,27%	10%	20%	10%	

Nota 19 – Intangível

a. Softwares e direitos de uso de arrendamentos

Movimentação	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16.830
Aquisição	49.964
Alienação	(217)
Amortização	(12.492)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	54.085
Custo total	97.950
Amortização acumulada	(43.863)
Valor residual	54.085
Saldos em 31 de dezembro de 2023	54.087
Aquisição	73.831
Direitos de uso	24.810
Alienação	(487)
Amortização	(23.093)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	129.148
Custo total	196.104
Amortização acumulada	(66.956)
Valor residual	129.148
Taxas anuais de amortização %	20%

b. Ágio em combinações de negócios e teste de impairment

Os ágios gerados nas combinações de negócios envolvendo o “Sicoob Consórcios” e a “Sicoob Pagamentos” foram reconhecidos levando-se em conta a avaliação do valor justo para os ativos identificáveis e para os passivos assumidos na data-base da aquisição do controle.

O teste de *impairment* foi efetuado para os ágios registrados contabilmente em 2024, no valor de R\$ 3.090 (31/12/2023 – R\$ 3.090), relativo à aquisição do controle do “Sicoob Consórcios” e de R\$ 21.347 (31/12/2023 – R\$ 21.347), relativo à aquisição do controle do Sicoob Pagamentos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Para determinar se houve perda no valor recuperável, o valor contábil do ágio reconhecido em ambas as combinações de negócio foi comparado com o valor presente de fluxos de caixa e, ainda, com projeções orçamentárias. O resultado do teste de *impairment* não apresentou necessidade de contabilização de perdas no ágio registrado nas demonstrações contábeis.

Nota 20 – Passivos financeiros ao custo amortizado

a. Depósitos

Depósitos	Sem vencimento	Prazo de vencimento					31/12/2024	31/12/2023
		Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano		
À vista	218.720	-	-	-	-	-	218.720	198.892
De poupança	15.405.229	-	-	-	-	-	15.405.229	12.731.564
Interfinanceiros	-	2.065.354	2.917.157	21.121.820	44.729.203	6.094.563	76.928.097	66.115.964
Interfinanceiros rurais	-	64.193	-	435.867	7.948.685	150.248	8.598.993	11.817.170
A prazo	-	10.873	4.360.602	21.042	90.053	691.596	5.174.166	4.013.045
Total	15.623.949	2.140.420	7.277.759	21.578.729	52.767.941	6.936.407	106.325.205	94.876.635

b. Obrigações por operações compromissadas

Carteiras	Prazo de vencimento					31/12/2024	31/12/2023
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano		
Própria	-	-	-	3.180.078	7.775.486	10.955.564	8.162.678
Total	-	-	-	3.180.078	7.775.486	10.955.564	8.162.678
Circulante						3.180.078	-
Não circulante						7.775.486	8.162.678

c. Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias, debêntures e similares

	Prazo de vencimento					31/12/2024	31/12/2023
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano		
LCI	-	-	4.251	21.163	4.953	30.367	-
LCA	54.742	138.544	214.904	540.379	204.390	1.152.959	1.027.575
Total	54.742	138.544	219.155	561.542	209.343	1.183.326	1.027.575
Circulante						973.983	500.349
Não circulante						209.343	527.226

As letras de crédito do agronegócio (LCAs) estão lastreadas por operações de cédula de produtor rural (CPR) emitidas com taxas pré ou pós-fixadas.

d. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/Finame, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2042 e com encargos financeiros de 0,1% até 16,67 % a.a.

Repasses e Obrigações	Nota	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	31/12/2024	31/12/2023
BNDES		208.063	836.304	2.019.189	1.552.861	1.481.097	1.193	6.098.707	3.815.061
Banco do Brasil/FCO		39.382	138.192	324.084	194.470	107.739	-	803.867	781.252
Banco da Amazônia/FNO		469	24.438	78.447	88.673	93.154	-	285.181	195.040
Finep		10.409	31.306	83.344	78.672	107.398	-	311.129	-
Finame		89.542	437.140	895.171	558.988	418.322	-	2.399.163	1.572.562
Funcafé		157.365	288.660	38.550	4.103	377	-	489.055	440.531
SFH – Pró Cotista		26	80	232	253	1.930	6.871	9.392	1.550
Em moedas estrangeiras		-	254.810	-	-	-	-	254.810	9.828
Total		505.256	2.010.930	3.439.017	2.478.020	2.210.017	8.064	10.651.304	6.815.824
Circulante								2.516.186	1.821.206
Não circulante								8.135.118	4.994.618

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

e. Instrumentos de dívida elegíveis a capital – LFSC

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Letras Financeiras Subordinadas Complementares – LFSC	(a)	603.783	-
Total		603.783	-
Circulante		-	-
Não Circulante		603.783	-

- (a) Letras Financeiras Subordinadas Complementares – LFSC são um tipo de instrumento financeiro para captação de recursos de longo prazo. Foram emitidas no exercício de 2024, com caráter de perpetuidade e pagamento de juros semestralmente.

f. Carteira de Câmbio

	31/12/2024	31/12/2023
Câmbio vendido a liquidar	267	31
Obrigações por conta de câmbio	480.675	123.655
(-) adiantamento sobre contratos de câmbio	(383.754)	(123.516)
Total	97.188	170
Circulante	97.188	170
Não Circulante	-	-

g. Valor justo dos passivos financeiros ao custo amortizado

	31/12/2024		31/12/2023	
Passivos financeiros	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Depósitos	90.643.195	106.325.205	94.668.654	94.876.635
Obrigações por operações compromissadas	10.955.849	10.955.564	8.159.082	8.162.678
Letras de crédito do agronegócio	1.169.296	1.183.326	1.017.968	1.027.575
Obrigações por empréstimos e repasses	10.651.304	10.651.304	6.815.824	6.815.824
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	603.783	603.783	-	-
Total	114.023.427	129.719.182	110.661.528	110.882.712

Nota 21 – Outros passivos

Passivos	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Recursos em trânsito de terceiros		57.099	39.423
Adquirência	(a)	15.979.821	13.729.825
Valores a pagar de despesas administrativas		705.053	259.010
Obrigações de cartão de crédito	(b)	293.390	280.155
Valores a pagar <i>Del Credere</i>	(c)	87.328	63.972
Obrigações com convênios oficiais – INSS		72.846	48.110
Valores a pagar arrecadação		4.979	7.019
Sociais e estatutárias		30.769	29.748
Impostos e contribuições sobre salários		10.982	10.806
Obrigações por recursos de consorciados	(d)	1.611	1.599
Taxa de administração recebida antecipada	(e)	276.469	172.553
Outras		846.696	680.134
Total		18.367.043	15.322.354
Circulante		17.766.195	14.926.723
Não circulante		600.848	395.631

- (b) Referem-se aos valores a pagar decorrentes de transações de pagamentos – adquirência.
- (c) Corresponde às obrigações assumidas com a bandeira Mastercard e lojistas da rede Cabal, pelas transações efetuadas pelos portadores de cartão.
- (d) Refere-se ao pagamento às cooperativas pela liquidação de parcelas de operações do BNDES, FCO e Funcafé no valor de 50% do *spread* recebido pelo Banco dos órgãos oficiais. O aumento em 31/12/2024 refere-se à provisão das operações do BNDES e Fname.
- (e) Referem-se aos valores dos recursos dos grupos encerrados não procurados pelos consorciados.
- (f) Valores referentes à Sicoob Administradora de Consórcios recebidos de taxa administração antecipada registrados conforme Resolução BCB nº 120/2021– CPC 47.

Nota 22 – Garantias financeiras prestadas

As garantias concedidas, mediante encargos financeiros, relativas a avais e fianças totalizam, em 31 de dezembro de 2024, R\$ 48.315 (31/12/2023 – R\$ 24.128). Em dezembro de 2024 há uma provisão no valor de R\$ 606 (31/12/2023 – R\$ 208 constituição).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Nota 23 – Passivos, contingências e obrigações legais

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Banco Sicoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passivas obedecem a Resolução CMN 3.823/2009, conforme resumimos a seguir:

A provisão é reconhecida somente quando: **(a)** o Banco Sicoob tem uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado; **(b)** é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e **(c)** o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Banco Sicoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A administração do Banco Sicoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

a. Obrigações legais classificadas como “risco de perda provável”

As obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no exercício. Os depósitos judiciais estão registrados no grupo “Outros ativos”, conforme Nota 15.

a.1. Composição dos saldos patrimoniais

Causas	31/12/2024		31/12/2023	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Administrativo	-	-	-	13
Fiscais	19.356	4.010	14.560	87
Trabalhistas	1.150	2.463	1.175	2.526
Cíveis	10.272	22.097	9.838	18.215
Total	30.778	28.570	25.573	20.841

a.2. Movimentação das provisões para causas judiciais

	31/12/2024				31/12/2023	
	Administrativas	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	13	87	2.526	18.215	20.841	18.142
Constituições no exercício	2	3.923	2.761	13.189	19.875	8.456
Utilizações no exercício	(12)	-	(1.563)	(3.931)	(5.506)	(4.063)
Reversões no exercício	(3)	-	(1.261)	(5.376)	(6.640)	(1.694)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	-	4.010	2.463	22.097	28.570	20.841

a.3. Natureza das ações classificadas como “risco de perda provável”

- Fiscais** – referem-se aos depósitos judiciais de contribuições previdenciárias.
- Trabalhistas** – referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

iii. **Cíveis** – referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

b. Contingências classificadas como “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências:

- (i) ações cíveis que discutem a solidariedade do Banco Sicoob quanto a depósitos feitos em cooperativas;
- (ii) ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Banco Sicoob por erro cometido por cooperativa;
- (iii) ações de natureza trabalhista;
- (iv) ações administrativas, fiscais e previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos e PIS);
- (v) ação anulatória de lançamento fiscal ajuizada pelo Banco. O auto de infração que se pretende desconstituir através da ação anulatória, refere-se ao valor deduzido pelo Banco Sicoob em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo Banco Sicoob, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do banco.

Devido às incertezas na apuração de eventual valor econômico envolvido em uma possível condenação e atual estágio das causas classificadas como perdas possíveis, o valor do efeito financeiro divulgado pelo Banco Sicoob é o valor original de causa não atualizado.

c. Saldo dos passivos contingentes classificados como “risco de perda possível”

Causas	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	58.200	49.335
Fiscais/Previdenciárias	231.454	210.869
Cíveis	493.608	402.173
Administrativas	48.732	11.059
Total	831.994	673.436

Nota 24 – Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social no valor de R\$ 4,14 bilhões, é composto atualmente por 1.990.003.511 (31/12/2023 – 1.690.647.751) ações, sendo 1.000.462.425 ações ordinárias (31/12/2023 – 849.963.097) e 989.541.086 ações preferenciais (31/12/2023 – 840.684.654), todas sem valor nominal.

Em 17/05/2024 o Bacen aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 533.571 e em 2023 o aumento foi no valor de R\$ 839.906.

As ações ordinárias conferem ao titular, o direito a voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não possuem esta prerrogativa. No entanto, estas ações, após a destinação ao fundo de reserva legal, possuem, conforme previsão estatutária:

I – Prioridade na distribuição de dividendos obrigatórios, não cumulativos, equivalentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, conforme previsto no art. 34, II;

II – Se a Assembleia Geral Ordinária deliberar pelo pagamento de dividendos, além do previsto no inciso I, prioridade na distribuição: a) de dividendos mínimos anuais, não cumulativos – até o limite de 105% da remuneração, no mesmo exercício social, do CDI, incidente sobre o capital social médio referente às ações preferenciais no mesmo exercício social –, dentro dos quais estarão incluídos os dividendos obrigatórios previstos no inciso I; ou b) do saldo remanescente, verificado após a distribuição dos dividendos obrigatórios, em igualdade de condições com as ações ordinárias;

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

III – Direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nas capitalizações de lucros e reservas do Banco, inclusive nos casos de valorização ou reavaliação do ativo imobilizado;

IV – Preferência no reembolso do capital, até o valor de sua participação no capital social, por eventual liquidação do Banco, sendo, a seguir, reembolsadas as ações ordinárias até o valor de sua respectiva participação no capital social. O saldo restante do reembolso será distribuído em igualdade de condições entre as ações ordinárias e preferenciais;

V – No seu conjunto, direito de eleger um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, na forma do disposto no § 1º do Artigo 26 deste Estatuto.

b. Reserva de capital

O saldo de R\$ 1.732 (2023 – R\$ 1.732) refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

c. Reserva de lucros

O estatuto do Banco Sicoob destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação de reserva de lucros. Foram destinados R\$ 29.592 (R\$ 27.191 em 31/12/2023).

Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 534.138 (R\$ 490.803 em 31/12/2023), a ser destinada na próxima assembleia. Também foi constituído dividendos obrigatórios não distribuídos, no valor de R\$ 28.113 (R\$ 25.832 em 31/12/2023), os quais serão destinados quando autorizado.

d. Dividendos

O estatuto do Banco Sicoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício. Foram deliberados dividendos no montante de R\$ 28.113, equivalentes a R\$ 14,13 por lote de mil ações (31/12/2023 – R\$ 25.832, equivalentes a R\$ 15,28 por lote de mil ações).

Em 13/04/2023 foi deliberado o pagamento de Dividendos de exercícios anteriores no valor de R\$ 429.907.

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Representado pelo custo atribuído do imobilizado e à reversão do ágio na participação societária do Sicoob Pagamentos. Em 2024, o valor total dos ajustes de avaliação patrimonial era positivo em R\$ 8.656 (31/12/2023 – R\$ -16.201).

f. Participação dos acionistas não controladores

Refere-se à participação minoritária no Sicoob Pagamentos. Em 2024, o total da participação dos acionistas não controladores era de R\$ 3.174 (31/12/2022 – R\$ 2.080).

Nota 25 – Transações com partes relacionadas

a. Cooperativas do Sicoob

A seguir estão apresentados os saldos das transações realizadas com as cooperativas do Sicoob:

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		32.695.969	33.612.781
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		32.677.814	33.573.648
Valores a receber		15.268	31.844
Despesas antecipadas – Comissão	(a)	2.887	7.289
Passivo		87.026.135	74.352.251
Depósitos		77.875.050	66.728.250
Operações compromissadas		7.028.733	7.194.349
Valores a pagar		2.122.352	429.652

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Receitas	4.420.249	4.224.666
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	3.339.416	3.370.245
Outras receitas	1.080.833	854.421
Despesas	9.177.752	9.193.905
Captação	8.465.132	8.648.863
Outras despesas	712.620	545.042

(a) Comissões não qualificáveis para cômputo na taxa efetiva de juros.

b. Empresas controladas pelo Banco Sicoob

A seguir estão apresentados os saldos das subsidiárias do Banco Sicoob:

	Sicoob DTVM		Sicoob PAR		Sicoob Pagamentos		Sicoob Consórcios	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ativo	47	37	-	-	-	-	359	204
Valores a receber	47	37	-	-	-	-	359	204
Passivo	10.601	12.988	88.875	3.436	540.179	371.070	492.226	404.540
Depósitos à vista	2	2	13	1	79	227	181	16
Depósitos a prazo	10.598	12.986	88.862	3.435	512.216	337.642	492.046	404.524
Valores a pagar	-	-	-	-	27.884	33.201	-	-
Despesas	1.264	1.402	639	406	47.824	79.519	47.154	47.107
Despesas de captação	1.264	1.402	639	406	44.797	40.463	47.154	47.107
Despesas administrativas	-	-	-	-	3.027	39.056	-	-
Receitas	-	-	-	-	33.898	29.007	2.611	2.318
Receitas diversas	-	-	-	-	33.898	29.007	2.611	2.318

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva. A remuneração paga ou a pagar aos diretores e aos conselheiros está demonstrada a seguir:

Itens	31/12/2024	31/12/2023
Honorários	19.531	18.478
Encargos	5.835	4.736
Benefícios	4.818	4.578
Total	30.184	27.792

Nota 26 – Limites operacionais – acordo de Basileia

O patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial Banco Sicoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos. O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2024 é de 18,34% (31/12/2023 – 16,47%).

Nota 27 – Outras informações

a. Seguros

O Banco Sicoob e as empresas consolidadas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

b. Participação nos lucros e resultados – PLR

O Banco Sicoob, o Sicoob DTVM e o Sicoob Pagamentos oferecem aos funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme acordo coletivo de trabalho. No exercício de 2024, foram

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

provisionados os valores de R\$ 29.133 (31/12/2023 – R\$ 27.212) apresentados no grupo “Despesas com pessoal”, conforme Nota 8.

Nota 28 – Gerenciamento de riscos financeiros

a. Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Sicoob, com base nas políticas, estratégias, processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e de processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às operações.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

Os riscos considerados relevantes e que fazem parte do gerenciamento integrado de riscos são:

- a) **Financeiros:** risco de crédito, risco de mercado, risco de variação das taxas de juros e risco de liquidez.
- b) **Não Financeiros:** risco operacional, riscos social, ambiental e climático, risco de imagem, risco de conformidade, risco de estratégia, gestão de continuidade de negócios (GCN) e prevenção à lavagem de dinheiro (PLD).

O Banco Sicoob adota mapa de interações entre riscos, publicado em manual específico, para indicar as correlações existentes entre os riscos.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gestão de riscos na Instituição.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo, aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, o Banco Sicoob adota modelo de três linhas de defesa, com a seguinte caracterização:

- a) **1ª linha:** controles e gestão operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;
- b) **2ª linha:** áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma integrada;
- c) **3ª linha:** avaliação independente da Auditoria Interna.

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, com base em treinamentos específicos. Informações sobre os níveis de apetite por riscos apresentados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, estratégias e processos relacionados ao gerenciamento integrado de riscos são disseminadas na Instituição.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

O Programa de Testes de Estresse (PTE) está inserido no gerenciamento integrado de riscos do Banco Sicoob e tem o objetivo de identificar impactos de eventos e circunstâncias adversas na Instituição ou em um portfólio, por meio de exercícios de testes de estresse de sensibilidade.

Para dar suporte a essa estrutura, o Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, com o objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na RAS.

Os órgãos de governança, comitês e a alta administração acompanham permanentemente as atividades e os indicadores de gerenciamento de riscos, de forma a garantir a eficiência e eficácia do modelo de controle.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos.

O Comitê de Riscos (Coris) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

No nível executivo, o diretor para gerenciamento de riscos (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

A Auditoria Interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades, sistemas, modelos e procedimentos desenvolvidos na Instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no site Sicoob (www.sicoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamentos de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

a.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da incerteza de uma contraparte honrar seus compromissos. O gerenciamento do risco de crédito do Banco Sicoob possui como diretriz a Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O Banco Sicoob é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do seu conglomerado e fundação patrocinada, conforme prevê o inciso II do art. 2º da Resolução CMN 4.557/2017, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o Banco Sicoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O Banco Sicoob realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das operações de crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

- a. validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b. estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c. procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d. identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- e. sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f. monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- g. informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- h. área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- i. modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas das contrapartes e questões setoriais e macroeconômicas;
- j. limites portfolizados de crédito para cada cliente e limites globais por carteira;
- k. modelo para avaliar o impacto na provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como no capital regulamentar e índice de Basileia, em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

i. Definição de ativo problemático e cura

O Banco Sicoob considera como um instrumento financeiro inadimplente e, consequentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE:

i.1. Pessoa física e pessoa jurídica

Todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias em relação aos pagamentos contratuais, renegociação advinda de operação de crédito com atraso superior a 60 dias, honra de aval da cooperativa nas operações de cartão de crédito e verificação de ação judicial, anotação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da contraparte.

i.2. Cooperativa

Caso ocorra, o ativo problemático de uma operação de crédito com cooperativas de crédito é detectado quando se verifica eventual rejeição de possível incorporação, dada a necessidade de ocorrência. Não há critério de cura para o modelo de cooperativas.

ii. Classificações internas de risco e processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD)

O Banco Sicoob possui modelo de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de ratings, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

iii. Mensuração do risco de crédito

iii.1. Exposição no momento da inadimplência (*Exposure at default* – EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros, exceto limites e garantias financeiras prestadas que são sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a

utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes.

Para as garantias financeiras, a exposição na inadimplência é considerada o valor concedido como garantia.

iii.2. Perda em caso de inadimplência (*Loss given default* – LGD)

O Banco Sicoob utiliza tabela de LGD definida com base em estudos internos de toda a cadeia de garantias versus operações.

iii.3. Aumento significativo de risco de crédito

O Banco Sicoob monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação PE Lifetime, o Banco Sicoob avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Considerando as pessoas físicas e jurídicas, o aumento significativo de risco de uma operação de crédito é detectado quando se verifica ao menos uma das seguintes ocorrências:

- Atraso entre 31 e 90 dias;
- Deterioração do risco do tomador;
- Renegociação não mandatária advinda de operação de crédito com até 60 dias de atraso; e
- Verificação de prejuízo no SFN.

Não foi identificada necessidade de definição de estágio 2 de risco para as cooperativas, pelo caráter qualitativo de avaliação.

iii.4. Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 4, letra f, o Banco Sicoob calcula as perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de empréstimos e adiantamentos a clientes.

Essas exposições são agrupadas considerando critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto; e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

iii.5. Forward Looking (Informações prospectivas)

Para definição dos modelos Forward Looking por tipo de pessoa e produto são utilizados indicadores macroeconômicos com e sem deslocamento do indicar no tempo (12 meses anteriores e posteriores), na visão safra e data-base.

Essas exposições são agrupadas considerando critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto; e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

a.2. Riscos de mercado e de variação das taxas de juros

O Banco Sicoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros (IRRBB), que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros do Banco Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros prevê:

a.2.1. acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- a.2.1.1.** o valor do risco e o consumo de limite das carteiras bancária e de negociação;
- a.2.1.2.** análise de descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- a.2.1.3.** limites máximos de riscos de mercado e de variação das taxas de juros;
- a.2.1.4.** análise de sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base na curva de juros;
- a.2.1.5.** resultado das perdas e ganhos embutidos (EGL);
- a.2.1.6.** testes de estresse;
- a.2.1.7.** planos de contingência.

a.2.2. realização de testes de avaliação dos sistemas de controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros;

a.2.3. elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros;

a.2.4. existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em carteira de negociação e carteira bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 e Resolução BCB nº 111, de junho de 2021.

Para o cálculo do risco de mercado são utilizadas metodologias padronizadas de acordo com os fatores de risco para os instrumentos classificados na carteira de negociação.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Para as parcelas de risco de mercado RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

O gerenciamento do risco de variação das taxas de juros para a carteira bancária (IRRBB) é realizada com base nas seguintes métricas:

- Δ NII (delta Net Interest Income): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros;
- Δ EVE (delta Economic Value of Equity): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros.

Ademais, são realizados testes de estresse regularmente, de forma a avaliar os impactos decorrentes de condições extremas de mercado sobre o valor das posições ativas e passivas.

As metodologias aplicadas no cálculo de perdas em cenários de estresse são:

- **Simulação Histórica** – reprecifica a carteira atual utilizando a pior variação mensal do mercado apurada no histórico dos últimos 10 anos.
- **Cenários Econômicos** – considera os cenários de alta e baixa disponibilizados pela B3, para avaliar a sensibilidade do risco dado à mudança de comportamento na taxa de juros.
- **Choques metodologia padronizada** – considera choques paralelo de alta e baixa na curva de juros, aplicando a metodologia padronizada prevista na Circular BCB n.º 3.876/18, para avaliar a sensibilidade do risco da carteira bancária dada uma mudança no comportamento das taxas de juros.

A estrutura de limites é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos para o risco de mercado e de variação das taxas de juros e são estabelecidos em função do Patrimônio de Referência (PR).

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros pode ser acessada por meio do sítio www.sicoob.com.br, no caminho "relacaocooperados/ Publicações / Gerenciamento de Riscos e de Capital / Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3.

a.3. Risco de Liquidez

O Banco Sicoob aderiu às seguintes políticas: Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez. Tais políticas preveem procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Banco Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez prevê:

a.3.1. acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- a.3.1.1.** composição da liquidez;
- a.3.1.2.** limite mínimo de liquidez;
- a.3.1.3.** fluxo de caixa projetado;
- a.3.1.4.** testes de estresse;
- a.3.1.5.** planos de contingência.

a.3.2. realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de liquidez;

a.3.3. elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

a.3.4. existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos de identificação de riscos, de curto e longo prazo, considerando os possíveis impactos na liquidez do Conglomerado Banco Sicoob.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da Instituição. Trimestralmente, são realizadas e testadas simulações em diversos cenários.

Para avaliação da efetividade do plano de contingência, trimestralmente, são testadas as principais medidas de contingência com o intuito de avaliar a capacidade de geração de liquidez.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros pode ser acessada por meio do site www.sicoob.com.br, no caminho "Relação com Cooperados / Publicações / Gerenciamento de Riscos e de Capital / Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3.

a.4. Risco operacional e risco de imagem

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação quantitativa e qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

O gerenciamento do risco de imagem é realizado por meio do monitoramento dos canais de comunicação institucionais (Ouvidoria, SAC), do Banco Central do Brasil (Sistema de Registro de Demandas do Cidadão – RDR) e públicos (Reclame Aqui e redes sociais).

A exposição das marcas e os impactos de imagem nas campanhas realizadas pelo Sicoob e Banco Sicoob são permanentemente acompanhados.

O monitoramento do risco de imagem também é avaliado nas materializações dos riscos financeiros e não financeiros, incluindo os possíveis desenquadramentos perante órgãos reguladores.

a.5. Risco socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a. setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b. linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c. valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Banco não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

a.6. Risco de conformidade

As diretrizes para gerenciamento do risco de conformidade encontram-se registradas na Política de Conformidade, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O Banco Sicoob possui funcionários dedicados exclusivamente à aplicação da política e dos procedimentos específicos. Atuam também como consultores com a missão de prestar as informações necessárias para que seja efetivamente implementado o processo de conformidade.

a.7. Risco de estratégia

O Banco Sicoob desdobra a sua orientação estratégica de agregar fatores de competitividade às cooperativas do Sicoob, posicionando-se como ente sistêmico gestor de produtos de varejo bancário, nas seguintes plataformas de negócios:

- Pagamentos; crédito; administração de recursos de terceiros; centralização financeira; previdência; seguros; cartões; pré-pago; aquisição; consórcios; crédito habitacional; digitalização; investimentos; câmbio e comércio exterior; derivativos agropecuários, BNDES e Fundos Constitucionais.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Nota 29 – Riscos de descontinuidade dos negócios, lavagem de dinheiro, cibernético e gerenciamento de capital

a. Risco de descontinuidade dos negócios

As diretrizes para gerenciamento do risco de descontinuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes de descontinuidade
- d) implementação das estratégias (execução das ações definidas, com especificação clara do que fazer, do responsável e do prazo para execução) para gerenciamento de incidentes adversos que possam gerar interrupção de processo ou atividade considerada crítica;
- e) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, infraestruturas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- f) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente);
- g) análise das ações e dos procedimentos que garantam a continuidade de negócios em situação de contingência, observando o que funcionou e o que precisa ser aprimorado para evitar falhas futuras, providenciando as correções necessárias.

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Emergência (PEM) Plano de Comunicação (PCOM) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

b. Risco de lavagem de dinheiro

As diretrizes para gerenciamento do risco de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo encontram-se registradas na Política Institucional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Financiamento do Terrorismo, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) tem como objetivo detectar, por meio de informações constantes do Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, comportamentos, situações e operações atípicas.

O processo de PLD/FT compreende as seguintes etapas:

- a) definição das diretrizes e processos de PLD/FT, com o objetivo de mitigar risco de imagem/reputacional;
- b) monitorar;
- c) selecionar;
- d) registrar, analisar e diligenciar;
- e) comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf);
- f) emitir relatórios gerenciais;
- g) implementar e atualizar a Avaliação Interna de Risco (AIR) de PLD/FT;
- h) elaborar Relatório de Avaliação de Efetividade de PLD/FT (RAE).

A prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo tem o objetivo de mitigar os riscos da prática de ilícitos com utilização da estrutura do Sicoob e zelar pela imagem/reputação.

c. Risco cibernético

A Gestão de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Riscos Cibernéticos realiza monitoramentos essenciais, são acompanhadas vulnerabilidade e incidentes cibernéticos, bem como há participação em fóruns específicos do tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

d. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital do conglomerado Banco Sicoob é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do conglomerado para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o conglomerado Banco Sicoob aderiu formalmente.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem ao conglomerado Banco Sicoob identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e, adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

* * *

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Introdução

1. O Comitê de Auditoria é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.
2. Além do Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que integram o Conglomerado Banco Sicoob: Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Sicoob DTVM, Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. – Sicoob Consórcios e Sicoob Soluções de Pagamento Ltda. – Sicoob Pagamentos.
3. A administração do Banco Sicoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
4. A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos nas empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.
5. A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria independente contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Banco Sicoob e das empresas que integram o Conglomerado. Cabe à Auditoria Independente:
 - a) opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e
 - b) avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades

6. O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares:
 - a) promoveu, no exercício de 2024, 6 reuniões ordinárias e 2 reuniões extraordinárias;
 - b) atuou com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores independentes, dos auditores internos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos e do Comitê de Riscos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;
 - c) acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis; avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas; examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
 - d) promoveu reuniões com a Diretoria, o Conselho de Administração e o Comitê de Riscos e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

- e) acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Independente realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers (PwC); gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental, climático, imagem, conformidade, cibernético e estratégia; continuidade de negócios, prevenção à lavagem de dinheiro, Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e Programa de Testes de Estresse (PTE); e
- f) apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração.

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

- 7. Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.
- 8. No exercício de 2024 não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos empregados.
- 9. O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados ao gerenciamento de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Banco Sicoob e das empresas integrantes do Conglomerado, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

Auditoria Independente

- 10. Os auditores independentes contratados – PricewaterhouseCoopers – PwC – apresentaram, nas reuniões do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e independência da auditoria.
- 11. O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Independente, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) de 31/12/2024.

Auditoria Interna

- 12. Em conformidade com o planejamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos que possam afetar a solidez e continuidade do Banco e das empresas integrantes do Conglomerado.
- 13. O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Demonstrações Contábeis

- 14. Foram analisados os procedimentos de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

15. O Comitê de Auditoria conclui que as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) de 31/12/2024 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Banco Sicoob naquela data.

Brasília, 13 de março de 2025.

Antonio Carlos Correia
Coordenador

Douglas Souza de Oliveira

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

Composição dos órgãos de administração do Banco Sicoob

Conselho de Administração

Miguel Ferreira de Oliveira – Presidente
Aifa Naomi Uehara de Paula
Bento Venturim
Carlos Augusto de Macedo Chiaraba
Clidenor Gomes Filho
Felipe Magalhães Bastos
Ivo Azevedo de Brito
Jean Rodrigues
João Batista Bartoli de Noronha
José Evaldo Campos
Luiz Gonzaga Viana Lage
Oberdan Pandolfi Ermita
Marcelo Martins
Rui Schneider da Silva

Diretoria

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu – Diretor-presidente
Antônio Cândido Vilaça Junior – Diretor
Ênio Meinen – Diretor
Francisco Silvio Reposse Junior – Diretor
Marcos Vinicius Viana Borges – Diretor
Rubens Rodrigues Filho – Diretor

Contador

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O-2